

23 de Novembro 2021  
Terça-feira  
Semanário - Ano 6  
Nº 286  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



VENCEDOR PRELIMINAR "NÃO TEM" KNOW-HOW

# Alimenta Angola e Carrefour contestam entrega do Kero à Anseba

**EXCLUSIVO.** A parceria franco-brasileira que participa do concurso público para a exploração e gestão da rede de supermercados Kero contesta a decisão favorável ao grupo Anseba, que consta do relatório da avaliação preliminar. Alimenta Angola e Carrefour alegam que o vencedor preliminar não tem know-how, mas não só. Há também suspeitas de conflitos de interesses. Pág. 12



FILIPINOS DA ICTSI

## Empresa 'manobrada' no Porto de Luanda fica no Porto do Lobito

**CONTRATAÇÃO.** Os filipinos da ICTSI, que contestaram a atribuição do Terminal Multiusos do Porto de Luanda à DP World, obtiveram a melhor nota no concurso para a concessão do Terminal Polivalente do Porto do Lobito. Colocados em segundo lugar, os chineses da CITIC/SPG reclamaram. Pág. 13



DADOS DO INE

## 2 em cada 10 trabalhadores estão no informal

Págs. 9

GARANTE O SME

## Emissão regular de passaportes só em 2022

Pág. 10

NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DO PRÓXIMO ANO

## Despesas do Governo com viagens aumentam 35%

Pág. 8



# Editorial

## A SALADA DE QUEIXAS NOS CONCURSOS PÚBLICOS

**M**ais um concurso público, mais um vencedor, mais um perdedor e mais queixas de irregularidades e de transparência duvidosa. É o que reporta a matéria desta edição sobre os resultados do concurso público para a concessão do Terminal Polivalente do Porto do Lobito que beneficiam os filipinos da ICTSI. Os chineses da CITIC/SPG reclamaram que os critérios de atribuição de notas levantam dúvidas. E têm de escolher se se contentam com as explicações que receberam ou se fazem recurso aos tribunais.

Enquanto isso, outra matéria dá conta que os brasileiros do Alimenta Angola, juntos com os franceses da Carrefour, deram entrada de uma contestação contra a classificação que atribuiu a gestão do Kero ao grupo Anseba. Entre as reclamações, apontam conflitos de interesses e experiência diferenciada. Para já, os contestatários mostram-se esperançosos mas, quando vier a pala-

vra final e sendo-lhes desfavorável, também terão de ponderar entre a resignação e a corrida à justiça.

Os últimos meses também ficaram marcados pelas queixas incessantes da Associação das Concessionárias, a Acetro, contra a gestão do concurso público de aquisição de 500 viaturas para apoio à produção nacional. As concessionárias apontaram atropelos específicos à lei da contratação pública, mas, no fim de contas, os ‘cães ladraram e a caravana passou’. Os vencedores acabaram por ser os que, à partida, segundo a Acetro, estavam praticamente seleccionados nos cadernos de encargos.

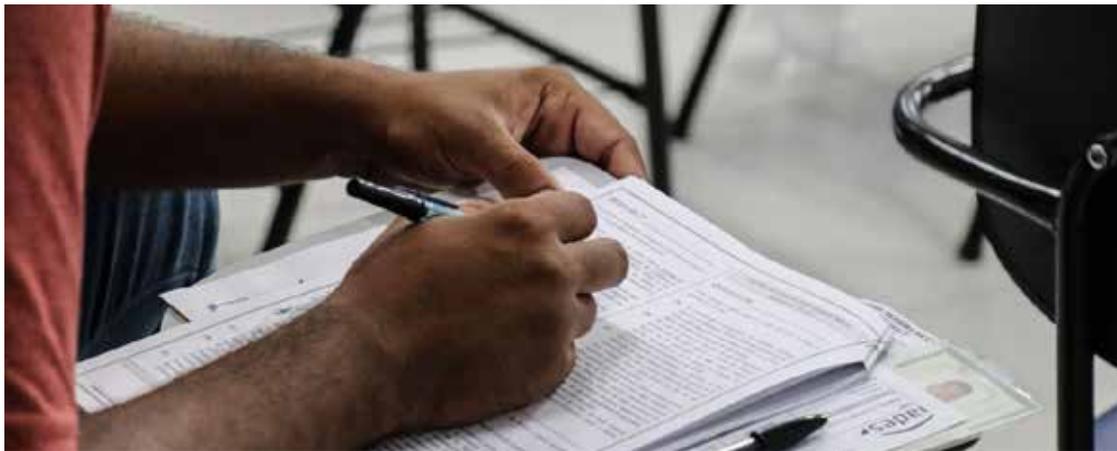
Um pouco antes, mais por volta do princípio do ano, os filipinos já mencionados da ICTSI, estes mesmo que ficam com o Porto do Lobito, pediram ao Tribunal Supremo que anulasse o concurso público que deu à DP World a gestão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda. Na denúncia, divulgada em primeira mão por este jornal, os filipinos apontaram uma infinidade de irregularidades e de “manobras” que determinaram a escolha

da empresa do Dubai, em seu prejuízo. A verdade é que a queixa no Supremo não deu em nada, mas, ao contrário dos outros casos aqui relatados, o mais provável é que os filipinos estejam agora mais descansados com a ‘compensação’ do Porto do Lobito.

Em 2019, já havia ficado a polémica do concurso de atribuição da licença ao quarto operador global de telecomunicações. Após a anulação do primeiro concurso que havia classificado a desconhecida Telstar, a licença acabou atribuída à Africell, mas uma outra empresa, a Angorascom, não desistiu sem queixas.

Contas feitas, enquanto este Governo se encaminha para o fim do mandato, não há praticamente registo de concurso público relevante que tenha escapado às suspeitas de batotas.

Tal como foi o alerta neste espaço sobre a negligência com a segurança, o Governo não tem como fingir que, no caso dos concursos públicos, é tudo fumo sem fogo. Não é desta forma, seguramente, que atrairá mais investidores.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;  
222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao;  
comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**CECÍLIA LORÉ,**  
armadora de pesca artesanal

### Os arrastões ainda atrapalham a pesca no Buraco?

Três pescadores daqui desapareceram em Fevereiro de 2020, depois de a embarcação em que seguiam ter sido abalroada por barcos industriais chineses que pescavam a cerca de quatro milhas da costa. Sabemos que esta é uma zona destinada à pesca semi-industrial, mas os arrastões, muitas vezes, ultrapassam para as duas milhas.

### Têm registado as matrículas?

Para concluirmos que são chineses é porque tiramos imagens desses grandes vasos de ferro que mataram o Daniel Camata, 45 anos, o 'Escrinho', de 48 anos, e o 'Foz' de 35 anos de idade. Com eles perdi também o barco e as redes.

### Informou às autoridades?

Contactámos a Polícia Marítima, mas não reagiu. Encaminhámos o caso ao Ministério, na altura sob direcção da ministra Antonieta Baptista e até hoje em que é dirigido pelo engenheiro Francisco de Assis, não obtivemos resposta. Em 2016, perdi 60 redes, quando o barco denominado Dapingau, com a matrícula n.º 525, atropelou o meu. Não houve vítimas porque os pescadores nadaram até à costa. Recentemente, no Mussulo, também houve outro armador que perdeu o barco e três marinheiros. O incidente foi reportado, mas as autoridades nada fizeram.

16

TERÇA-FEIRA

O governador do BNA, José de Lima Massano, promete que as enchentes que se registam nos bancos comerciais e Terminais de Pagamento Automático (ATM) têm os dias contados.

17

QUARTA-FEIRA

O Parlamento aprova, na generalidade, em segunda deliberação, o projecto de lei que altera a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, apenas com votos favoráveis do MPLA.

18

QUINTA-FEIRA

Fábrica misturadora de fertilizantes, com potencial para produzir 240 mil toneladas/ano, entra em funcionamento no Lobito.



19

SEXTA-FEIRA

Dados do INE dão conta que o emprego registou, no terceiro trimestre, uma descida de 2% face ao trimestre anterior, com o desemprego a registar um aumento de 7,9%.



20

SÁBADO

A Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (Aniesa) retira do mercado 5.202 caixas do sumo 'Ceres', sabor maçã, por alegadamente estarem contaminadas com fungos 'Patulina'.



21

DOMINGO

O director do Gabinete da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos do Uíge, Manuel João, garante que dois mil lotes de terrenos infra-estruturados serão distribuídos, em breve, aos jovens da província para a auto-construção dirigida.



## COTAÇÃO



### PETRÓLEO COM TENDÊNCIA DE QUEDA...

O petróleo fechou o dia a avançar, apesar do anúncio dos Estados Unidos de liberarem as reservas de petróleo bruto. O Brent, referência às exportações angolanas, subiu 3,27% para os 82,31 dólares. Enquanto o WTI ganhou 2,28%, negociando as entregas de Janeiro a 78,50 dólares.



### BOLSAS EUROPEIAS EM QUEDA...

As ações europeias encerraram a sessão de terça-feira em baixa, devido ao temor dos investidores à volta do aumento de casos de covid-19. O índice Stoxx 600 caiu 1,28%, a 479,25 pontos; o DAX quedou 1,11%, a 15.937,00 pontos, enquanto o CAC 40 recuou 0,85%, a 7.044,62 pontos, e o FTSE MIB caiu 1,62%, a 26.939,40 pontos.

15



### SEGUNDA-FEIRA

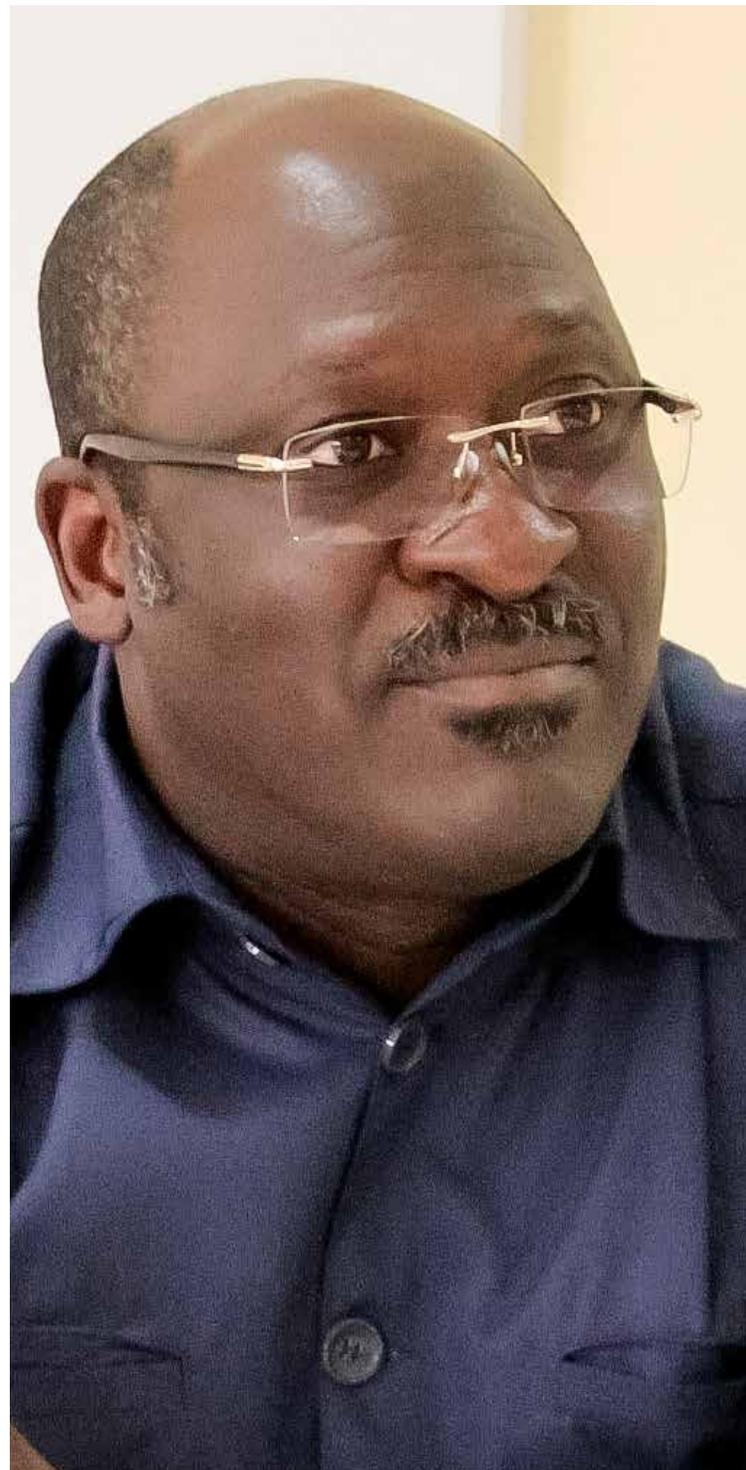
O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação, Adérito Mohamed, garante que o processo de venda de habitações nas diversas centralidades retoma a partir do primeiro trimestre de 2022, após a conclusão das infra-estruturas internas e externas.

# Entrevista

MANUEL AZEVEDO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE LUANDA (APASIL)

## "Há associados que não têm bilhete de identidade nem plano de negócios"

Líder da Associação de Pescadores de Luanda (Apasil) olha para o sector com uma perspectiva positiva, mas critica os empresários que, desprovidos de planos de negócio, querem ter acesso a financiamentos. E estende as críticas a quem já beneficiou de créditos, mas ainda não os devolveu e, ainda assim, quer mais. "O tempo de ir buscar dinheiro à banca e fazer a festa acabou", avisa o líder associativo, agastado com "os empresários de ordem de saque" com mentalidade antiga que, acrescenta ele, "estão na origem do conflito geracional".



Por Júlio Gomes

**C**omo está o sector das Pescas depois da fusão com o pelouro da Agricultura?

Faço uma avaliação muito positiva, porque, nos últimos tempos, há uma boa interacção com o Ministério. Parámos de receber queixas dos nossos associados relativamente à burocracia, ou seja, alguns entraves que eram comuns, como, por exemplo, o licenciamento das embarca-

ções e as autorizações de carga e descarga.

**E qual é o volume de capturas?**

Tanto a nível da pesca artesanal como da industrial, estamos com capturas acima da média. Significa que cada empresa tem quotas atribuídas que, muitas vezes, não eram alcançadas. Mas já atingem as parcelas estabelecidas, inclusive alguns armadores até solicitam o acréscimo.

**Essas quotas não podem ser quantificadas?**

Tacitamente, não tenho os números e estaria a errar avançando um dado, mas desde o terceiro trimes-

tre que as capturas aumentaram significativamente.

**Mas há quem se queixe da pirataria no alto mar...**

Não estamos a ver nada, porque não estamos a ser molestados. Ainda assim, remeto a resposta aos órgãos de defesa e segurança. Nós controlamos a produção, ou seja, a captura e a transformação. Logo, se fôssemos afectados, estaríamos a gritar.

**"TEMOS MUITOS CÉPTICOS"**

**Nos mercados, os vendedores falam da escassez da sardinha e do carapau. O que se passa?**

Não podemos só lutar com o carapau e a sardinha. O nosso mar é vasto e de múltiplas espécies e todas elas têm um período de afloração. Contudo, o Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) deve aferir com dados o que se está a passar. Temos muitos cépticos. Assim, colocar a mão na água e dizer que a temperatura da água aumentou ou baixou e, por isso, há mais ou menos peixe, não conta. É preciso apurar com dados. Mas, se for para os pontos de descarga, há-de ver que tem havido, ao nível da pesca artesanal, a chamada 'tiba'. Quando há muito peixe, a lambula chega a ser comercializada a 10 kwanzas a unidade para não ser deitada fora. Tivemos

também muitos tunídeos (família de peixes da qual integra o atum) em Luanda. Neste momento, as câmaras frigoríficas estão cheias.

**Então não se justificam os períodos de veda e importação de pescado?**

Justificam-se, por causa do período de reprodução. A pesca tem de ter equilíbrios e estes são estabelecidos pelo IIP. Quando começa a aparecer a sardinha, atrás dela vêm outros peixes predadores como, por exemplo, o tubarão que também é comestível. O nosso mar não é só de sardinha e carapau. As pessoas acostumaram-se muito com o carapau e a sardinha e muitos afirmam que são alimentos do povo

**“Não é do dia para a noite que se vai mudar a cabeça, da mentalidade planificada para a empresarial. Naquela época, recebiam tudo de graça, chegavam embarcações e eram beneficiados sem esforço.”**

ou dos pobres, mas temos outras espécies também muito saborosas, embora a sardinha seja um dos peixes mais completos resultando daí a sua utilização na culinária e na ração animal.

#### **O sector está longe de contribuir para a riqueza nacional...**

Há vozes que há mais de 30 anos reclamam e têm a sua razão. É preciso termos em atenção a empregabilidade e a situação económica. Temos mais de 1.600 quilómetros de costa, então há que fazer riqueza com ela. Não é só com o carapau que podemos fazer riqueza, temos espécies de fundo, como o pargo, a corvina, o cachucho, o atum do alto mar em que temos uma quota muito alta na nossa unidade de gestão. O que é preciso são investimentos para a captura desses recursos marinhos. De resto, Deus quando fez o mar e beneficiou Angola não disse que devemos comer sozinhos, mas também com os outros. Por isso, temos de exportar.

#### **É possível exportar quando há um défice no consumo interno?**

Temos de exportar. Isso faz parte do comércio livre. Não é ainda uma exportação desejada, porque existe proibição nas medidas de gestão. Como existe a proibição da exportação do carapau e da sardinha, mas, como é óbvio, antes de termos de satisfazer a nossa casa. No entanto, no mercado encontramos dificuldades, porque internamente a população perdeu poder de compra e o empresário não vai esperar que o cidadão tenha dinheiro. O empresário deve procurar outro mercado. O nosso peixe é bom. Se o nosso povo não tem poder de compra, vamos a outras paragens onde podemos ganhar dinheiro. Os dólares estão aí ao lado na RDC, então o empresário deve encontrar caminhos que o levem a esse mercado para vender e captar divisas que fazem falta à nossa economia.

#### **Há relatos que dão conta de dificuldades na movimentação dessas divisas devido às regras da banca...**

Não temos nenhum associado que exportou e depois teve problemas de manusear o dinheiro na banca. Se exportou, tem de declarar e meter o dinheiro no país. Pertence à sua empresa e saberá o que fazer dele. Portanto, não temos constrangimentos. É boato que os bancos não têm capacidade de resposta, quando

se trata da movimentação de divisas. Há indivíduos que só querem desestabilizar.

#### **Mas os associados têm capacidade para inundar o mercado?**

Não gostaria de falar só dos associados, mas da direcção das pescas que tem esses dados. Visite as câmaras frigoríficas. Estão abarrotadas de pescado.

#### **"O PEIXE NUNCA AUMENTOU DE PREÇO"**

#### **Se há muito peixe em stock em Luanda, porque é que os preços são inoportáveis?**

O peixe está caro? Não, nunca aumentou de preço. Pelo contrário, da economia planificada a esta, de livre concorrência, baixou. Antigamente, vendíamos o quilograma a 2,2 dólares e depois a 5,3 dólares. Se o câmbio estava a 10 e agora está a 650 kwanzas, então subiu ou desceu?

#### **O que acha?**

O peixe é uma 'commodity' cotada no mercado internacional, porque os meios para a captura aqui praticamente não existem, exceptuado madeira, pregos e alguma tinta. Tudo o resto é importado. Isso significa que vamos usar divisas. Se assim é, o preço do pescado é tabelado em dólares.

#### **Não é possível inverter esse quadro?**

Para mudar temos de ter empresas que produzam barcos e artefactos de pesca, porque, ao importar, temos um determinado valor e para ter lucro e conseguir sobreviver tenho de encontrar um preço. Aliás, nós compramos o peixe no mar, ou seja, pagamos uma quota

ao Ministério da Agricultura e Pescas e temos de encontrar os meios para as capturas que são fixados em dólares. Outro problema é que a pesca industrial compra o litro de combustível a 450 kwanzas.

#### **Daí a necessidade da subvenção?**

Uma coisa é falar de subvenção, ou seja, do subsídio aos combustíveis. Refiro-me ao Decreto 84/19 de 21 de

*Há associados que não têm bilhete de identidade e nem plano de negócio. Como é que podem ser financiados? Além disso, há muitos que já beneficiaram e ainda não devolveram o crédito.*

*As zonas de descarga em Luanda são um 'calcanhar de Aquiles' por falta de condições de higiene, de segurança e de fiscalização.*

Março para a actividade aquícola e pesqueira. Outra coisa é a operacionalização que não é uma realidade. Estou a falar da pesca industrial que não consegue atracar o navio e abastecer por meio de tambores. E o mínimo para um navio destes são 30 mil litros. Para comprar esse combustível dos 'bunkers' da Sonangol, ainda é preciso pagar serviços: o agente de navegação que trata a documentação e o barco petroleiro que vai abastecer o nosso barco na baía. O litro no somatório acabará por custar 550 kwanzas. Portanto, esses custos também se vão reflectir no consumidor final.

#### **O sector acompanhou o crescimento demográfico?**

Sair da economia planificada para a de mercado é um processo. Cada tempo é um tempo e cada política também. A população não é a mesma da época colonial. Hoje, somos mais de 30 milhões de habitantes. Antigamente, lançava-se a rede na baía e apanhava-se 'n' espécies. Nessa altura, não se falava de alterações climáticas ou do efeito de estufa. Tudo isso faz com que o peixe vá mais para Sul ou para Norte. Por isso, a tecnologia também evoluiu. Surgiram várias empresas e são estas que devem adaptar as suas estratégias para melhor capturar, transformar, comercializar ou exportar e o Estado deve aparecer apenas como um regulador.

#### **É esta equação que não se está a acertar?**

Os 'players' somos nós, os empresários. Porém, muitos eram antigos funcionários do Ministério das Pescas e encarnaram a economia planificada, por isso, são pouco actantes. Os mais velhos comu-

nistas ainda continuam a pensar que são melhores. Mas estão no ramo empresarial. E não é do dia para a noite que se vai mudar a cabeça, da mentalidade planificada para a empresarial. Naquela época, recebiam tudo de graça, chegavam embarcações e eram beneficiados sem esforço. Hoje, ao precisarem de renovar a frota e as instalações, têm de ir à banca e logo para a concorrência. Está difícil. Não estão preparados. Por isso, há um conflito muito grande de gerações. Já se fez a ruptura, a nova geração é que está a tentar mudar o curso das coisas contra todas as críticas possíveis. É o problema geracional. Também sou comunista, mas, na minha caminhada como gestor, estou a adaptar o que é bom desse sistema e agregar ao novo modelo capitalista.

#### **Há governantes no negócio?**

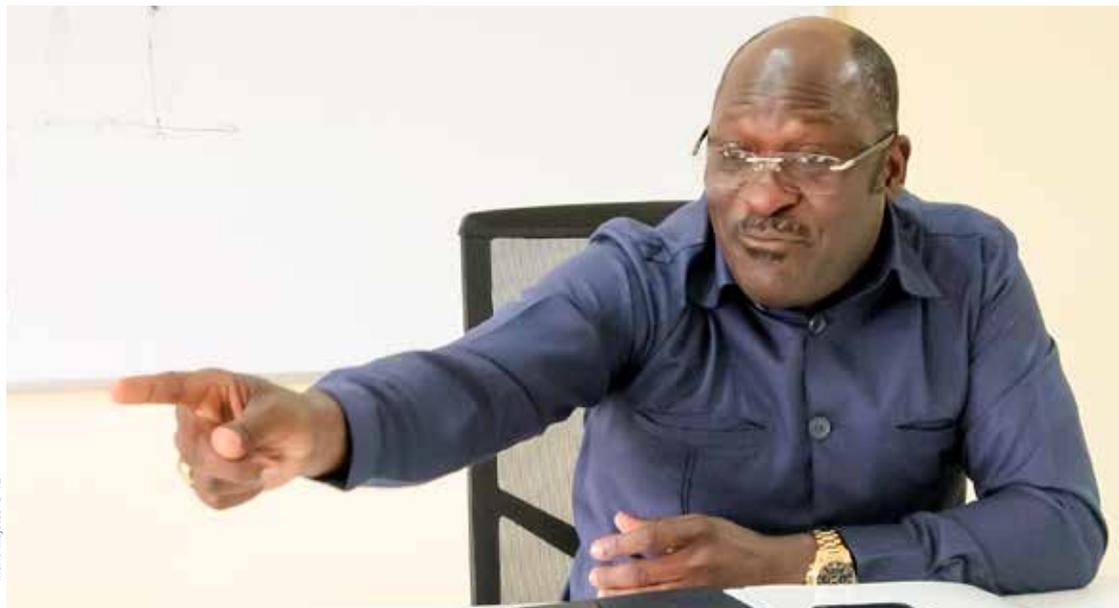
Não, o sector tem ordem. Estou a falar de antigos funcionários do Ministério. São empresários de ordem de saque. Digo-lhe mais: enquanto os outros perderam tempo nas discotecas e viagens de luxo, eu passei a investigar como pescar, como se planta uma mangueira e se cultiva o milho.

#### **O que diz sobre os arrastões que supostamente pescam na costa e, muitas vezes, destroem as artes dos pescadores artesanais?**

Reuni recentemente com cooperativas. Não temos uma informação oficial. Uma das cooperativas, que esteve connosco, é a do Buraco e Cabo Ledo, onde supostamente têm ocorrido essas violações. Há cerca de um mês, recebemos alguma informação. Se são arrastões são nossos associados. Logo, precisamos de dados palpáveis. Hoje cada um nós tem um telemóvel que tira fotografias. É preciso registar a hora, a matrícula e a dimensão desses arrastões.

#### **E sobre os arrastões no Namibe?**

É preciso partir do pressuposto de que todo o barco de pesca de arrasto é licenciado pelo Ministério. Logo, não exerce pesca ilegal. Aliás, por isso, é que temos quotas de capturas e descarga. Mas devemos saber que todo o tipo de pesca lesa o ecossistema. É preciso equilíbrio. Daí as medidas de gestão.



Mário Mujetes © VE

# Entrevista

Continuação da página 5

## Mas o governador Archer Mangueira fala em arrastões que estão a deixar o mar sem peixe...

Todo o barco de arrasto no nosso mar está licenciado. Se não, ou se são estrangeiros que o fazem, então os órgãos de fiscalização marinha devem actuar, porque isso já não é da nossa competência.

## No Buraco, em Luanda, além da perda de artes há também a lamentar vidas de pescadores.

O que ocorre é que o pessoal da pesca artesanal, muitas vezes, quando chega aquele momento em que o peixe vai mais a Norte ou a Sul, acompanha e acaba por alcançar áreas onde pescam os arrastões. Quando é de noite, e, por vezes, sem iluminação, podem ocorrer acidentes graves. A pesca artesanal vai até a duas milhas e, por vezes, excede esse limite. É claro que também tem havido atropelos da parte de alguns capitães para a pesca industrial que deve ser feita num limite de oito milhas, mas são vistos na zona da pesca semi-industrial e artesanal de quatro milhas.

## E quando assim acontece...

Pagam muitas pesadas. Mas, de todas as formas, temos de ser mais sérios. O pessoal está habituado a acusar. Não vamos dizer que não tem havido violações. No mar, os nossos limites são imaginários. É na perseguição aos cardumes que ocorrem essas situações, porque a maior parte dos capitães ganha em função da captura. É como um caçador e daí esses atropelos que, no entanto, não são muito frequentes. E as ocorrências são mais da orla de Luanda para baixo, onde, a três milhas da costa, já há uma grande profundidade na ordem dos 800 metros. A Norte, os barcos de pesca industrial não têm hipóteses de interferir na zona de pesca artesanal, porque há pouca profundidade e podem encalhar. Portanto, ali, o mar é raso. É essa caracterização da costa que deve servir de base de análise do problema.

## Como acautelar essas interferências?

A consciência é o primeiro fiscal. Por isso, apelamos aos nossos capitães e empresários no sentido de que precisamos de peixe para hoje e amanhã, para as gerações vindouras.



Mário Mujetes © VIE

*É boato que os bancos não têm capacidade de resposta, quando se trata da movimentação de divisas. Há indivíduos que só querem desestabilizar.*

## O nosso mar é bem gerido?

Com o mar tão vasto, quais são os benefícios? Temos de ter em conta a gestão dos recursos marinhos, mas sobretudo a gestão económica. É preciso olhar para a grande empregabilidade. O sector pesqueiro tem, na forma primária, a captura, depois entram os marinheiros, os serralheiros, os engenheiros mecânicos, os electricistas, os estivadores, os camionis-

tas, os ajudantes, os armazenistas de frio, etc. Portanto, este sector a trabalhar em pleno contribui grandemente para a redução do desemprego.

## Fala de empregabilidade num cenário em que os engenheiros navais tendem a desaparecer...

Estamos em vias de atingir o essencial. Temos na ilha de Luanda um estaleiro com cerca de 50 profissionais que produzem pequenas embarcações para a pesca artesanal. Conseguem fabricar 10 chatas por dia. Além disso, temos outros construtores de barcos para a pesca semi-industrial e industrial em Benguela, em Cabinda (barcos de aço e madeira), no Porto Amboim e no Soyo.

## Com quantos associados?

A nível da pesca artesanal, são 72 cooperativas, na ordem de 12 indivíduos por cooperativa. Na pesca industrial, são 58 empresas que integram o grupo de pesca dimersal (de fundo) e o grupo de crustáceos e o grupo do carapau e da sardinha.

## Perfil

### Um militar nas pescas

Armador de pesca de fundo, Manuel Azevedo substituiu no cargo Arménio Selvagem. A Apasil, que dirige, actua da Barra do Dande à Quiçama, mas, a nível da pesca industrial, responde por toda a costa. Além da pesca, está também ligado à agricultura com uma fazenda na Quibala (Cuanza-Sul) onde produz cereais e frutas. Militar de carreira, formado em engenharia em Cuba, depois de ter frequentado a pré-academia no Huambo, há 10 anos que está de licença e virou empresário. Manuel Azevedo esteve na génese da criação da polícia anti-motim e de fiscalização. É um dos seis vice-coordenadores do GTE para agropecuária, pescas e agricultura. A este respeito, garante que já se nota muita produção, mas defende a melhoria da qualidade para a inversão das importações.

## UM 'CALCANHARDE AQUILES'

### A pesca nas baías não consta das preocupações?

O peixe, nas baías, vem reproduzir. A lei é clara quanto a isso e proíbe.

### Mas pesca-se?

Não é muito frequente. Quem o faz é por uma questão de subsistência.

### Não é um atentado à saúde pescar aqui onde se descarregam esgotos?

As zonas de descarga em Luanda são um 'calcanhar de Aquiles' por falta de condições de higiene, de segurança e de fiscalização. Já fizemos algumas propostas para que essas descargas sejam feitas em porto cais e infra-estruturas de suporte como a própria sanidade marítima, a AGT e a fiscalização. Estas autoridades estão na Mabunda, mas não têm condições de trabalho. O Estado está a perder receitas. No mercado do Mundial, também a situação não é das melhores. O Governo deve criar condições de trabalho para acomodar as entidades que interagem no sector e ir à busca de impostos.

### Quem pesca também comercializa. É confuso, não?

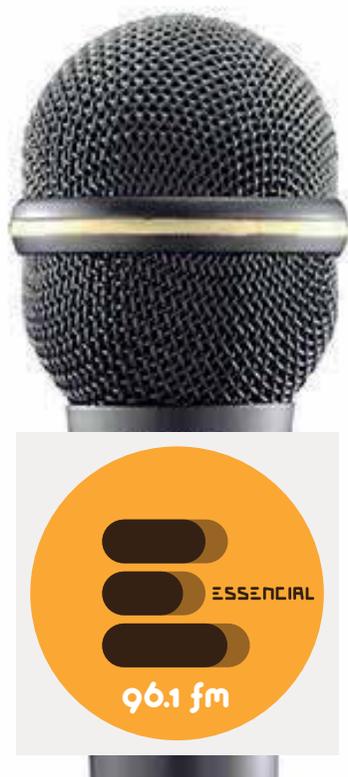
Estamos a trabalhar no sentido de termos a cadeia a funcionar. Começamos a orientar a formalização das cooperativas. Quem tiver licença de pesca, captura e passa assim a ser fornecedor de pescado a quem processa e distribui, ou exporta. É esta forma organizacional que adoptámos.

### Os armadores também se queixam da falta de financiamento...

Como é que o banco vai dar dinheiro se não estamos organizados? O tempo de ir à banca buscar dinheiro e fazer a festa acabou. O armador que tiver projecto e que encontre dificuldades de financiamento pode recorrer à associação para receber ajuda. Inclusive temos 37 associados da pesca artesanal que já receberam dinheiro do BDA. Na pesca industrial, 27 empresas já foram contempladas através do Fada, portanto, só organizados é que o dinheiro aparece. A maka é que até há associados que não têm bilhete de identidade e nem plano de negócio. Como é que podem ser financiados? Além disso, há muitos que já beneficiaram e ainda não devolveram o crédito. Mas o nosso alerta é: as empresas que não tiverem estratégia estão condenadas a sucumbir.

O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# Economia/Política

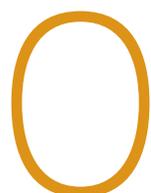


OGE 2022

## Despesas com viagens aumentam 35%

**FINANÇAS PÚBLICAS.** Despesas com bilhetes de passagens aumentam 31% para mais de 25 mil milhões de kwanzas, enquanto com a renda de imóveis cresce 159%.

Por César Silveira



O Governo estima gastar mais 35,2%, em 2022, com viagens em serviços e transportes, passando de mais de

51,736 (78,5 milhões de dólares) para cerca de 69,957 mil milhões de kwanzas (119,6 milhões de dólares), segundo a proposta do OGE 2022, comparativamente ao orçamento aprovado para 2021.

O valor estimado corresponde a 0,37% da despesa prevista no OGE, 18.745.288.200.030, revelando um crescimento de 0,02 pontos percentuais face aos 0,35% de 2021. E é o

DESPESAS COM VIAGENS EM SERVIÇOS 2017/2022		
Ano	Valor	%/OGE
2017:	47.625.413.658,00	0,64
2018:	39.890.877.777,00	0,41
2019:	35.688.460.742,00	0,34
2020:	43.441.839.213,00	0,32
2021:	51.736.400.225,00	0,35
2022 (Proposta):	69.957.842.529,00	0,37

mais alto dos últimos cinco anos, representando um crescimento de 96%, face aos mais de 35,688 mil milhões aprovados em 2019, ano em que se registou a despesa mais baixa do período.

Parte considerável, ou cerca de 46% da verba destinada às viagens em serviços e transportes, servirá para o pagamento dos subsídios de deslocação, no caso mais

de 32,220 mil milhões de kwanzas. Comparativamente aos 21,960 mil milhões aprovados em 2021, regista-se um aumento de 46,7%.

A segunda maior quota vai para a renda de imóveis, perspectivando-se despesas de mais de 26,971 mil milhões de kwanzas. Face aos 10,390 mil milhões aprovados para este ano, regista-se um aumento de mais de 16 mil milhões

# 159

Por cento, crescimento dos custos previstos com a renda de imóveis face a 2021.

ou cerca de 159%. Trata-se, de resto, do maior aumento entre as diversas despesas associadas às viagens em deslocações.

Está ainda prevista a despesa de mais de 25,429 mil milhões de kwanzas para a compra de bilhetes de passagens, mais 6,128 mil milhões ou 31,7%, em relação a 2021.

Serão ainda gastos mais de 12,307 mil milhões de kwanzas,

mais 17,4%, com a transportação de pessoas e bens, bem como cerca de 3,107 mil milhões de kwanzas com encargos aduaneiros e portuários, a única despesa prevista que regista redução, face aos 3,627 mil milhões aprovados no OGE 2021.

A previsão de aumento com as despesas para viagens, de resto, contraria o entendimento de determinada corrente que acreditou que a despesa com viagens reduziria, depois de a ministra das Finanças, Vera Daves, ter avisado que não haveria dinheiro. "É também um tema de responsabilidade individual de cada gestor público. Se tem dificuldade de manter o elevador e vai a uma conferência e leva uma delegação grande, isto são decisões quotidianas que cada gestor tem de tomar", comentou Vera Daves, num encontro com jornalistas para abordar o OGE 2022.

O histórico mostra que normalmente o Presidente João Lourenço aprova créditos adicionais para despesas com viagens e/ou deslocações, sobretudo no exterior. Foi pelo menos assim em 2018, 2019 e 2021. Para este ano, por exemplo, o Presidente da República aprovou mais 2,5 mil milhões de kwanzas para "despesas de funcionamento e preparação da 76.ª Assembleia Geral das Nações Unidas", o que aumentou para cerca de 54,2 mil milhões as despesas com viagens em serviços, considerando os 51,736 mil milhões aprovados no OGE do ano em curso. Em 2018, aprovou três mil milhões (9,8 milhões de dólares) para "suportar as despesas relacionadas com a cobertura dos compromissos assumidos com as missões do Titular do Poder Executivo no exterior do país".

Já em 2019, João Lourenço aprovou um "crédito adicional no Orçamento Geral do Estado, para o exercício económico de 2019, no montante de 5,9 mil milhões kwanzas (16 milhões de dólares) para o pagamento das despesas com a agenda interna e internacional do Presidente da República".

Entre os programas que devem proporcionar viagens para o exterior, por exemplo, constam "Encargos com a adesão nas zonas de comércio livre", bem como "estudo sobre a adesão aos acordos e organizações internacionais" com orçamentos de 450 milhões e 121,361 milhões respectivamente. Também a Expo com um orçamento previsto de mais de 6,278 milhões de Kwanzas.

A IMPRENSA NAMIBIANA relata esta terça-feira as dificuldades por que passam mais de 4 mil imigrantes angolanos que se encontram acampados na zona de irrigação de Etunda desde início do ano, fugidos da fome e da seca na região Sul do país.

DESEMPREGO VOLTA A SUBIR E ULTRAPASSA OS 34%

# 81,1% da população trabalhadora tem empregos informais

**EMPREGO.** Taxa de desemprego voltou a subir no último trimestre. Angola tem mais de 10 milhões de pessoas a trabalhar, mas mais de oito milhões dependem da economia informal.

Por Isabel Dinis

**N**o terceiro trimestre deste ano, mais de 81% da população empregada tinha empregos informais, revelam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estes trabalhadores representam 8,6 milhões de pessoas empregadas. Deste número, 10% são homens e 90,0% mulheres.

De acordo com a Folha de Informação Rápida (FIR) do Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), a população empregada está agora estimada em 10,6 milhões de pessoas. A maioria destes empregados informais trabalha por conta própria.

A análise dos dados demonstra que a taxa de emprego informal é maior na área rural do que na área urbana, representando 95,1% e 67,1% respectivamente. O grupo etário, entre os 15-24 anos, apresenta a taxa de informalidade mais alta com 94,3%.

A taxa de emprego informal no sector não-agrícola na população com 15 ou mais anos é de 60,9%. Comparativamente aos homens, as mulheres apresentam uma taxa significativamente superior de 78,2%



contra 46,4%. O grupo etário, entre os 15-24 anos, apresenta a taxa mais alta com 79,7%.

## POPULAÇÃO EMPREGADA DIMINUI

A população empregada diminuiu 0,6%, em 66.722 pessoas. O número de empregados está estimado em 10,6 milhões. A taxa de emprego situou-se em 60,5%, diminuindo em 1,2 pontos percentuais, face ao trimestre anterior.

Os resultados do IEA, do terceiro trimestre de 2021, revelam um aumento de 3,1% na força de trabalho, 490.132 pessoas, estimada em 16,1 milhões de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho,

representando uma taxa de actividade de 91,8%, um valor inferior em 1,6 pontos percentuais, face aos resultados do segundo trimestre de 2021. Mais de metade da população empregada, isto é, 54,2%, trabalha no sector primário, composto pelas áreas da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

A população desempregada está actualmente estimada em 5,5 milhões. Houve um aumento de 11,2%, ou seja, 556.854 pessoas, em relação ao segundo trimestre. Consequentemente, há uma subida da taxa de desemprego de 2,5 pontos percentuais, passando de 31,6% no segundo trimestre, para os 34,1%.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao  
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

## Economia/Política

QUEIXAS ACUMULAM-SE ENTRE OS UTENTES

# SME promete regularizar emissão de passaportes em 2022

**MIGRAÇÃO.** SME continua com dificuldades na emissão do passaporte ordinário e atira culpas aos problemas causados pela pandemia. No entanto, há também milhares de passaportes por levantar.



EM DISCUSSÃO

## Visto com portugueses para breve

Angola e Portugal estudam a possibilidade da implementação do 'visto nacional', no âmbito do Acordo da CPLP, anunciou o embaixador angolano na comunidade dos países lusófonos, Francisco Oliveira Encoge. "Angola e Portugal estão a tentar encontrar modalidades para que a concessão de vistos, em determinados segmentos, seja célere, como por exemplo, vistos para a saúde, de estudante e de empresários", afirmou Francisco Encoge. O diplomata reconhece, no entanto, que "os vistos Schengen são uma dor de cabeça", mas que "é necessário que isso se pratique de facto".

Do ponto de vista político, garantiu que "há essa manifestação favorável das partes", na medida em que "a pressão é muito grande e chega até a nossa casa. É sério e pesado demais".

Quanto ao Acordo de Mobilidade, indicou que decorrem agora os processos internos de cada Estado-membro para o ratificar. Aliás, "Angola desde a cimeira de Luanda, realizada em Julho, está na fase final" desse processo. "O trabalho está bastante avançado", reforçou, sem saber "se o processo já deu entrada na Assembleia Nacional".



Por Isabel Dinis

A partir do primeiro semestre do próximo ano, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) deve regularizar a emissão de passaportes ordinários, altura em que deverá arrancar também a emissão de passaportes electrónicos, através de uma estrutura "bastante avançada".

Ao Valor Económico, o director do gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SME, Simão Milagres, admite que não se emitem passaportes "como desejável", uma vez que "o processo de produção passa pela utilização de

um conjunto de consumíveis não produzidos no país, adquiridos de fornecedores na Europa".

Com a pandemia, muitos destes fornecedores estiveram em 'lay-off' e outros fecharam, o que afectou Angola e outros países, como justifica o responsável. "Durante algum tempo, não havia pressão e sentimentos relaxados em função do fecho, quase total, de muitas fronteiras no mundo, actualmente esta pressão tem estado a aparecer por causa da abertura por parte das autoridades angolanas e de outros governos de forma paulatina", assume Milagres.

Enquanto isso, acumulam-se queixas por parte de quem requereu a emissão do documento e nunca mais o tem em mãos.

Há pessoas que aguardam há mais de seis meses pelo passaporte e outros já ultrapassaram um ano.

Ao **Valor Económico**, utentes e até funcionários do SME dizem-se

# 24

Mil, passaportes que estão no SME por levantar

agastados com a situação, apontando que a dificuldade é mais acentuada fora de Luanda. No Sul de Angola, há casos de pessoas que estão à espera do passaporte desde 2019.

Em Julho, o SME divulgou uma nota a dar conta que a emissão de passaportes ordinários estava reservada ao atendimento de casos "considerados prioritários" devidamente fundamentados, nomeadamente questões de saúde, estudos ou para missões oficiais. De lá para cá, a situação pouco mudou, como

apurou este jornal.

### MILHARES DE PASSAPORTES POR LEVANTAR

Além da dificuldade na emissão de passaportes, o SME enfrenta problemas com as entregas. Mais de 24 mil passaportes continuam por levantar, de acordo com os dados do gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SME.

Isso também tem causado "constrangimentos" no funcionamento dos balcões do SME que "estão sempre cheios", explica Simão Milagres. Sem perceber a razão por que as pessoas não levantam o passaporte, o comissário explica que têm sido feitos apelos para que se procedam aos levantamentos. No entanto, sem sucesso. Os apelos passam por publicações de listas no Jornal de Angola, mas "continuam sem os efeitos desejados", afirma Simão Milagres.

# Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



## Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda  
Escritório: (+244) 928 981 644  
comercial@concerraangola.co.ao | [www.concerraangola.co.ao](http://www.concerraangola.co.ao)

# Mercados & Negócios



ALEGA QUE ANSEBA NÃO TEM KNOW-HOW

## Carrefour e Alimenta Angola contestam concurso para exploração do Kero

**DISTRIBUIÇÃO.** Parceria Carrefour e Alimenta Angola, através do seu grupo de advogados, deu entrada, esta segunda-feira, 22.11, da contestação ao concurso de exploração e gestão da rede de hipermercados e supermercados Kero.

Por Guilherme Francisco

**D**escontente com o anúncio do vencedor do concurso público para a exploração e gestão de 12 lojas da rede de hipermercados e supermercados Kero, antes sob domínio do grupo Zahara, a parceria Carrefour e Alimenta Angola contesta a decisão a favor do grupo Anseba.

Forte próxima ao processo avança ao Valor Económico que um dos argumentos que sustenta a contestação é o facto de o vencedor não ter qualquer experiência na gestão de supermercados. “Temos um know-how, tanto os parceiros brasileiros e franceses, mas o Governo decidiu dar a alguém que não tem know-how”, contesta.

“A notícia do vencedor surgiu como um balde de água fria para a

parceria franco-brasileira”, explica a fonte, argumentando que a Carrefour e o Alimenta Angola confiavam num resultado favorável, pela experiência acumulada de ambos no sector, face ao concorrente, e que já se encontravam a viabilizar a contratação de funcionários. Ainda assim, a fonte acredita numa eventual mudança de decisão das entidades promotoras do concurso público, “diante do exposto na contestação”.

Apesar de não constar na contestação, a fonte suspeita que, por detrás da escolha da empresa liderada por cidadãos de nacionalidade eritreia e alemã, existam interesses do titular do ministério da Indústria e Comércio, argumentando que a empresa já teve, na estrutura accionista, figuras, alegadamente, próximas ao ministro.

No entanto, o Ministério nega existir qualquer interesse de Victor Fernandes na Anseba, declarando que não intervém directamente na escolha do vencedor, tarefa que é

### MEMORIZE

● É o segundo concurso público envolvendo o Ministério da Indústria e Comércio contestado, só este ano, depois do para aquisição de 500 viaturas.

atribuída ao Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape). Por sua vez, o Igape assegura que o processo “ainda decorre” e a decisão do relatório de avaliação preliminar, que dá vitória à Anseba, poderá alterar com base em argumentos de irregularidades expostos na contestação. Ou seja, explica que “não há, por enquanto, vencedores”.

A Anseba, fundada por empresários de origem eritreia e alemã com capital de 200 mil de kwanzas, opera no mercado nacional há 10 anos, e tem como objecto o comércio geral e a retalho de materiais de construção e indústria transformadora. De

acordo com Diários da República consultados, durante os 10 anos de existência, o grupo alterou o pacto social duas vezes. A primeira foi em 2016, tendo colocado na estrutura accionista João Tristeza Gaspar Fernandes, Arnito José Agostinho e Ives Fernandes. Todos foram retirados, entretanto, dois anos depois, mantendo entre os accionistas Kalab Woldezelasse Berhe e Yemane Berhe Weldeclassie.

Em 2019, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) suspendeu as actividades do armazém grossista do referido grupo, localizado no mercado do KM 30, por especulação de preços de produtos da cesta básica.

Por sua vez, a Carrefour tem origens francesas, tem várias marcas espalhadas a nível do mundo e é a maior grossista do Brasil. Nesse país, fechou o terceiro trimestre deste ano com lucros equivalentes a 66,9 mil milhões de kwanzas, representando um recuo de 7% face ao período do

ano anterior. Ao passo que o Alimenta Angola opera no país há 12 anos, com um investimento acima dos 100 milhões de dólares, e conta com quatro lojas, número que tenciona subir para seis até ao próximo ano. Teve, no primeiro semestre, facturação de 60 milhões de dólares.

O concurso público para a exploração e gestão do Kero foi aberto pelo despacho conjunto n.º 2629/21 de 7 de Julho, dos Ministérios das Finanças e da Indústria e Comércio. Da corrida, participou o então proprietário, grupo Zahara, afastado por incapacidade técnica. O concurso exigia dos candidatos proposta financeira, técnica e corporativa.

Só este ano, este é o segundo concurso público em que está envolvido o Ministério da Indústria e Comércio a sofrer contestação dos participantes. O anterior foi o concurso para a aquisição de 500 viaturas pelo Governo. A Acetro, associação das concessionárias, entendeu que a escolha, em leilão, tinha sido “feita antes”.

O BANCO NACIONAL DE ANGOLA reafirma que os funcionários públicos não são obrigados a receber os salários numa instituição financeira bancária de capital público depois de várias as reclamações que o regulador tem estado a receber.

DEPOIS DE CONTESTAR O CONCURSO NO PORTO DE LUANDA

# Grupo filipino fica em 1º lugar no Terminal do Porto do Lobito

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA.** Concurso foi aberto em Maio. Filipinos queriam gerir o terminal do Porto de Luanda, mas perderam para a DP World, do Dubai. Desta vez, venceram o do Lobito, mas concurso também é contestado pela CITIC/SPG, concorrente chinesa.

Por Isabel Dinis

O grupo filipino International Container Terminal Services, Inc. (ICTSI) obteve a melhor nota global no concurso público internacional para a concessão do Terminal Polivalente do Porto do Lobito.

A empresa concorre com os chineses da CITIC/SPG e, no relatório final de avaliação, a que o Valor Económico teve acesso, obteve um resultado global 16,8 valores, contra os 11,1 do segundo classificado.

A abertura do concurso público foi feita em Maio e as propostas dos concorrentes foram submetidas até 30 de Setembro. Três empresas estavam na corrida para a concessão do terminal por um período de 20 anos, mas, a 1 de Outubro, apenas a filipina ICTSI e a chinesa CITIC/SPG foram aprovadas para a apresentação das propostas.

De acordo com o relatório final, os concorrentes aptos tiveram de apresentar capital próprio realizado não inferior a 25 milhões de dólares. Apresentaram ainda um activo líquido não inferior ao equivalente a 100 milhões de dólares, um volume de negócios médio anual dos últimos exercícios fiscais não inferior ao equivalente a 100 milhões de dólares, além de capacidade técnica.

Neste último requisito, as empresas concorrentes tinham de ter directamente, ou através de

subsidiárias, uma participação não inferior a 25% em pelo menos três operações de concessões de terminais portuários, nos últimos três anos.

Na avaliação e classificação das propostas, o concorrente filipino obteve, em quase todos os critérios, as melhores classificações.

## CITIC CONTESTA, MAS SEM SUCESSO

A empresa chinesa contestou as classificações que lhe foram atribuídas pela comissão de avaliação, que deu as melhores notas ao grupo filipino. Depois de a comissão enviar o relatório preliminar de apreciação das propostas, a 9 de Novembro, a CITIC/SPG solicitou uma audiência prévia em que contestava as notas que lhe

foram atribuídas. Na nota anexa ao relatório final, com data de 14 de Novembro, a empresa chinesa refere que os critérios utilizados para a atribuição de notas “levantam algumas dúvidas”. A empresa reclama, por exemplo, da nota ‘7’, ao invés de ‘10’, atribuída ao critério sobre taxas percentuais para cálculo de renda variável. Neste ponto, os chineses enfatizam que as propostas devem “ser reais e não virtuais”.

No critério de adequabilidade do plano de investimento ao volume de tráfego, os chineses queixam-se de que a sua previsão é “a mais real possível”. Mesmo assim, mereceram ‘8’ valores. A CITIC/SPG também contesta o critério sobre o montante global de incorporação nacional e o de adequabili-

dade do plano geral da concessão de acordo com as melhores práticas internacionais.

Na abertura da contestação, a empresa chinesa lembra que tem uma “forte” presença no mercado angolano e o seu comprometimento com a reconstrução nacional. Recorda também ter a sua marca na Cidade do Kilamba, no Planalto e em projectos sociais.

Em resposta, a comissão de avaliação esclarece que atribuiu as notas com base na metodologia que constava no programa do concurso, sendo, “por isso, do conhecimento prévio do concorrente”. Respondendo a todas as contestações dos critérios referenciados pelos chineses, a Comissão de Avaliação entende “nada haver a alterar nas classificações”.

Os filipinos da ICTSI ficaram conhecidos em Angola depois de terem contestado publicamente, através deste jornal, o concurso para a concessão de gestão e exploração do Terminal Multiusos do Porto de Luanda. O concurso foi vencido pela empresa do Dubai, a DP World. A empresa filipina chegou a interpor um “recurso contencioso de impugnação do acto administrativo” no Tribunal Supremo. No entanto, em Outubro, os juízes do Supremo indeferiram liminarmente o processo por “incompetência absoluta desse órgão de soberania”.

A ICTSI pediu também a suspensão da eficácia do acto administrativo do concurso, mas os juízes também declararam que a Câmara Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do Tribunal Supremo era “absolutamente incompetente”.



PROTESTO NO SIC

## Peixe impróprio foi autorizado pelo LANCOQ

O peixe do tipo pescada encontrado no supermercado Alimenta Angola e considerado impróprio para o consumo humano pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), após análises laboratoriais, teve um ano antes o selo de qualidade do Laboratório Nacional de Controlo da Qualidade (Lancoq), de acordo com o certificado consultado pelo *Valor Económico*.

Passado a 23 de Dezembro de 2020, três dias antes da colheita, o certificado atestava que o produto era “próprio para o consumo humano”, sentença contrária aos resultados das análises realizadas pelo SIC, depois de uma denúncia que alegava tratar-se de peixe plástico. Segundo o SIC, o produto era impróprio porque continha uma substância que “muda a sua forma.”

Mário Arão, director administrativo do Alimenta Angola, explica que o produto foi comprado à Undeep Angola, mediante o boletim de análises do Lancoq. “A denúncia da cliente é que o peixe é plástico, em nenhum momento o SIC veio a confirmar. O que houve são algumas alterações químicas, não é que esteja impróprio para o consumo humano”, explica, salientando que não optaram pela contra-análise “por causa do tempo”, mas que acabaram por enviar um protesto ao órgão de investigação e à Aniesa.

“Não fomos multados, tratámos do processo na normalidade e ficámos estupefactos com as condições criadas no final. O processo só foi acompanhado pelo SIC, mas lá [no dia da incineração] já estava a Aniesa, o Ministério das Pescas, órgãos que não acompanharam o processo”, lamenta.

Em todo o caso, a destruição dos 300 quilogramas de peixe não constituiu perdas para o supermercado, já que a empresa vendedora restituiu com nota de crédito.

Por Mateus Mateus

# DE JURE

POR PRISÃO PREVENTIVA DE JUÍZES EM 2016

## Turquia condenada a pagar mais de 2 milhões USD

A Turquia foi condenada hoje, pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), a pagar um total de 2.135.000 euros, à razão de 5.000 euros a cada um dos 427 juízes turcos que estiveram em prisão preventiva após o falhanço do golpe de Julho de 2016.

Por unanimidade, segundo noticiou a AFP, os juízes europeus consideraram que Ancara violou o "direito à liberdade", garantido pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos, ao colocar estes 427 juízes em prisão preventiva.

Os juízes e procuradores que trabalhavam em vários tribunais, incluindo o Tribunal de Cassação e o Supremo Tribunal Administrativo, foram presos por "suspeita de pertencerem à FETO (Organização Terrorista Fethullah)", nome que Ancara usa para se referir ao movimento do religioso Fethullah Gülen.

O regime do presidente Recep

Tayyip Erdogan acusou esta organização de responsabilidade pela tentativa de golpe de Estado de 15 de Julho de 2016.

Gülen, um ex-aliado de Erdogan a residir nos Estados Unidos, nega qualquer envolvimento na tentativa de golpe.

O tribunal europeu ordenou ao governo turco o pagamento de uma indemnização a cada um dos juízes por danos morais.

Após o golpe falhado, as autoridades turcas lançaram purgas numa escala sem precedentes contra apoiantes de Gülen, mas também contra opositores curdos, soldados, intelectuais e jornalistas.

Na altura, um decreto levou à

# 5

Mil de euros, valor que o governo turco está condenado a pagar a cada um dos 427 juízes.

demissão de 2.847 magistrados, suspeitos de pertencerem à FETO, uma vez que o governo turco considerou esta posição "incompatível com o princípio da imparcialidade", recordou o TEDH.

Dezenas de milhares de pessoas foram presas e mais de 140 mil demitidas ou suspensas das funções na Turquia por acusações de envolvimento na tentativa de golpe de Estado.

Há cerca de um ano, um tribunal de Ancara condenou a prisão perpétua 337 pessoas, na maioria oficiais e pilotos militares, no principal julgamento relacionado com a tentativa de golpe de 2016.

Nos últimos meses, a Turquia foi condenada várias vezes pelo TEDH por violações dos direitos humanos, cometidas em particular na sequência da tentativa de golpe.

Com sede na cidade francesa de Estrasburgo, o TEDH é o órgão responsável por dar uma resposta judicial às violações da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que foi ratificada pelos 47 Estados membros do Conselho da Europa.



### JUSTIÇA DA UE

## Tribunal mantém Hamas na lista dos terroristas

O movimento palestino Hamas deve manter-se na lista de organizações terroristas da União Europeia (UE), depois de o Tribunal de Justiça da UE ter confirmado esta terça-feira a decisão do Conselho do bloco e anulado a do Tribunal Geral.

Um comunicado de imprensa refere que "o Tribunal de Justiça confirma os actos do Conse-

lho que mantém o Hamas na lista europeia das organizações terroristas" e acrescenta que "o Tribunal Geral não devia ter anulado a manutenção do Hamas nesta lista pelo facto de o Conselho não ter autenticado através de uma assinatura as exposições de motivos individuais desses actos".

O TJUE considera assim que "o Tribunal Geral cometeu um erro de direito".

No quadro da resposta ao terrorismo após os atentados de 11 de Setembro de 2001, a União

Europeia elaborou, em Dezembro do mesmo ano, uma lista de pessoas, grupos e entidades envolvidos em actos terroristas e sujeitos a medidas restritivas, que inclui o Hamas.

Em 4 de Setembro de 2019, o Tribunal Geral anulou, por razões processuais, a decisão do Conselho de manter o Hamas na referida lista, após um recuso apresentado pela organização palestina.

Na reunião em 19 de Janeiro de 2015, os ministros dos Negó-

cios Estrangeiros da UE decidiram recorrer da sentença do Tribunal Geral no processo Hamas contra Conselho.

No acórdão desta terça-feira, o TJUE nega provimento ao recurso do Hamas, confirmando a decisão do Conselho da UE.

O movimento palestino Hamas é o mais importante grupo islâmico na Palestina e controla desde 2007 o enclave da Faixa de Gaza, após expulsar a Fatah, partido do presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmud Abbas.



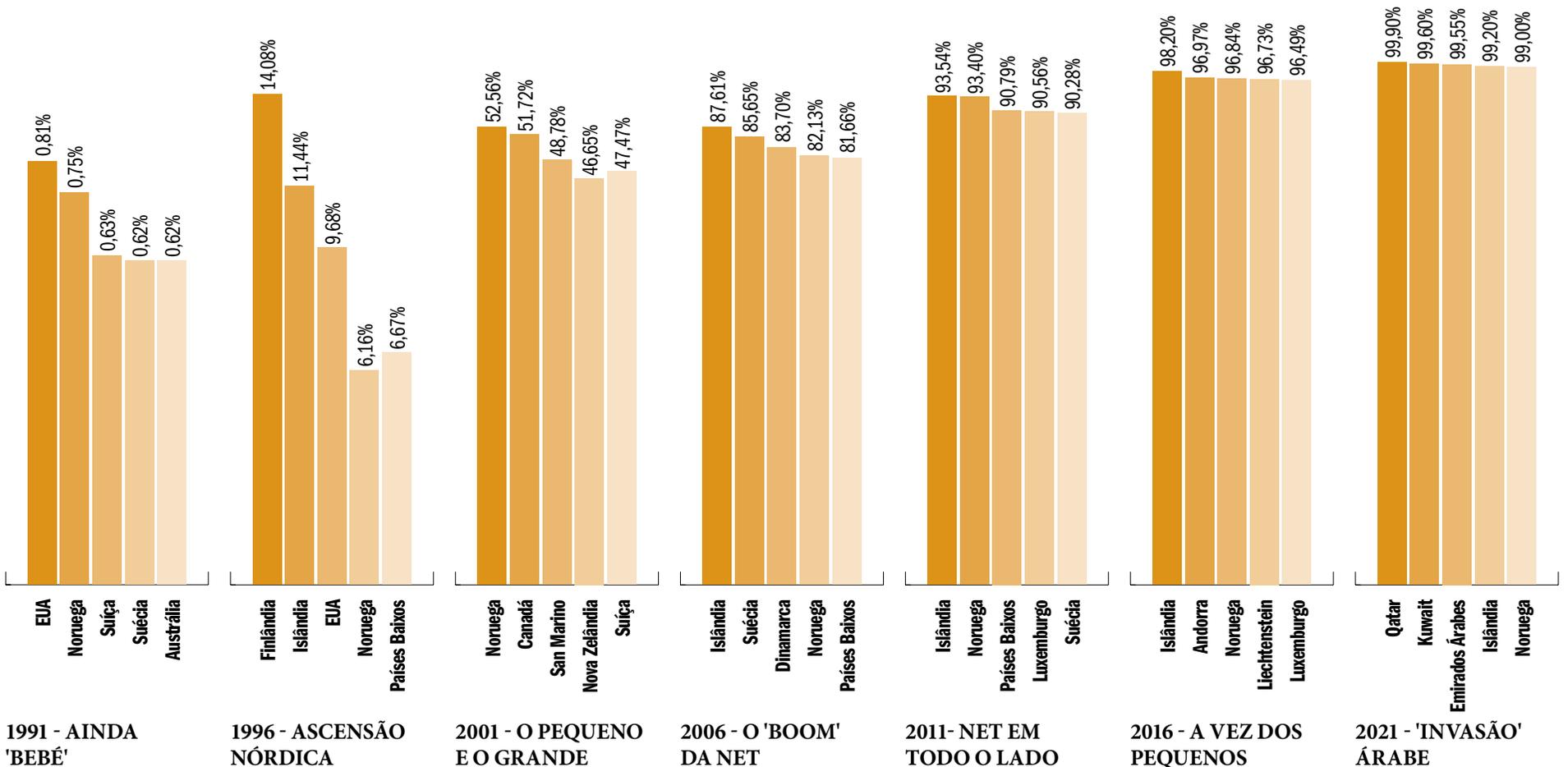
## POPULAÇÃO COM MAIOR PERCENTAGEM COM ACESSO À INTERNET

# Dos menos de 1% aos 'astronómicos' 99%

**TECNOLOGIA.** Crescimento da internet é bem visível quando, ao longo dos anos, se comparam números.

Países do Norte da Europa dominaram o uso da internet desde que surgiu. Curiosamente, não são os mais tecnológicos os que exibem percentagens mais elevadas. Mundo árabe conquista a liderança do número de utilizadores. Quase toda a população adulta usa a net.

Por Emídio Fernando



## 1991 - AINDA 'BEBÉ'

Em 1991, ainda a internet era um 'bebé' e já os países mais industrializados se destacavam. Eram eles os líderes na utilização da rede, mas, ainda assim, com números inimagináveis. Nem 1% da população, por exemplo, dos EUA 'navegava'.

## 1996 - ASCENSÃO NÓRDICA

Cinco anos depois, eram os países do Norte da Europa, com uma ligeira interferência norte-americana, a liderar o número de internautas. Já se destacavam os nórdicos Finlândia e Islândia que, desde o nascimento, fizeram uma forte aposta na rede que começava a transformar o mundo.

## 2001 - O PEQUENO E O GRANDE

A dobrar o século e o milénio, surgiam o 'gigante' Canadá e o pequeníssimo São Marino com o maior número de utilizadores. Em termos percentuais, claro. Mas ainda assim nem metade da população tinha internet. Ou a usava regularmente. Os números eram alcançados graças às empresas.

## 2006 - O 'BOOM' DA NET

Foi a segunda metade da década de 2000 que se deu o 'boom' da internet. E mostrava a tendência de quem mais apostava na 'net'. Dos cinco primeiros lugares, três são escandinavos. Países altamente tecnológicos, como o Japão e os EUA, acompanhavam o ritmo, mas à distância.

## 2011- NET EM TODO O LADO

Já em 2011, todo o mundo, o considerado o mais rico, apresentava valores superiores a 90% de utilizadores. Os escandinavos e a Islândia destacavam-se de longe. E um pequeno país, como o Luxemburgo, conseguia ter quase toda a população com a net na ponta do dedo.

## 2016 - A VEZ DOS PEQUENOS

A tendência de pequenos países conseguiu quase o pleno, ou seja, toda a população a usar a net aumentou. Juntou-se ao 'pelotão' da frente os minúsculos Andorra, Liechtenstein e Luxemburgo.

## 2021 - 'INVASÃO' ÁRABE

Tal como ocorre na economia mundial, o mundo árabe começa a dominar o mercado. Em apenas 10 anos, países desérticos ou mais 'fechados', começam a despontar. E a liderar. Foi o que aconteceu com o Qatar, que faz uma aposta forte no 'marketing', com o petrolífero Kuwait e com os multimilionários Emirados Árabes Unidos.

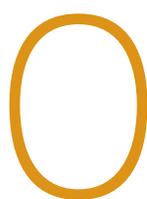
# (In)formalizando

GOVERNO INCENTIVA FORMALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

## Empresas sem NIF criam barreiras à Segurança Social

**CONTRIBUIÇÕES.** Existem empresas sem o Número de Identificação Fiscal (NIF) e outras a usarem o mesmo NIF. E, por isso, causam constrangimentos no processo de inserção no programa de cobertura da Protecção Social Obrigatória aos trabalhadores das actividades económicas geradoras de baixos rendimentos. Governo incentiva campanha de regularização dos informais.

Por Mateus Mateus



O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) está a enfrentar dificuldades na cobertura da

Protecção Social Obrigatória aos trabalhadores das actividades económicas geradoras de baixos rendimentos por existem empresas sem documentos. "Há contribuintes que não possuem NIF. Demos conta também que existe um grupo de empresas que utiliza o mesmo NIF", refere Maria da Conceição de Sousa, chefe do departamento de segurança social do INSS.

Maria da Conceição de Sousa participou no arranque da campanha de sensibilização dos comerciantes da Cidade da China, a 19 deste mês, e prometeu resolver esses problemas, através do PREI (Programa de Reconversão da Economia Informal). "O NIF é um documento indispensável para a inserção na segurança social", lembrou.

A campanha visa explicar e ensinar as empresas, com acções de sensibilização. Maria da Conceição de Sousa entende que muitas empresas não tenham NIF, "talvez por dificuldades", mas está convencida de que "agora estão a ter consciência do que é certo e do que é errado", ameaçando "actuar de outra forma, já com penalizações".

O INSS tem mais de 200 empresas inscritas e Maria da Conceição de Sousa acredita que

o número possa crescer com a expansão dos serviços do PREI e com maior divulgação da informação sobre a importância da segurança social na vida das pessoas. Por isso, defende que se deve esclarecer quais são os benefícios da segurança social e os deveres que as empresas devem ter. Outra componente é a atribuição de NIF aos contribuintes.

### CAMPANHA NA CIDADE DA CHINA

O INSS realizou uma campanha de sensibilização aos comerciantes do Shopping Cidade da China. Foram visitados 195 comerciantes. Destes, 159 (cerca de 80%) possuem a situação fiscal regularizada, com a atribuição do NIF, o que os habilita à inscrição de contribuinte no Sistema da Pro-

### MEMORIZE

● Lançado formalmente a 16 de Novembro no Mercado do 30, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) recebeu um financiamento de 14,5 milhões de euros da União Europeia e deve ser implementado em nove meses.

# 195

Comerciantes foram abrangidos pela campanha de sensibilização do INSS no Shopping Cidade da China.

tecção Social Obrigatória e dos respectivos trabalhadores. Um reduzido número, oito (0,4%), não estava inscrito na Segurança Social, tendo sido igualmente recomendada a devida regularização, com o objectivo de garantir a protecção social dos trabalhadores a seu cargo.

Foram também atendidas 137 pessoas no posto montado na entrada do shopping, com maior realce para informações sobre a situação contributiva (77), impressão de cartões de segurado (52) e prova de vida (3). E apenas uma empresa com nove trabalhadores foi inscrita no sistema de protecção social obrigatória.

### RECONVERSÃO DA ECONOMIA INFORMAL

O PREI foi lançado a 16 de Novembro no mercado do KM 30' em Viana, e recebeu um financiamento de 14,5 milhões de euros da União Europeia. Vai ter a duração de nove meses em todo o país.

O PREI é composto pela Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado, administrações municipais, Administração Geral Tributária (AGT), Guiché Único da Empresa (GUE), Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (Inefop), Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem), Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e as sociedades de microcrédito.

O programa prevê cadastrar e formalizar negócios e permitir que os operadores económicos tenham acesso à segurança social e que possam usufruir de formação dada pelo Inapem ou pelo Inefop. As empresas formalizadas têm a possibilidade de ter o acesso mais facilitado ao microcrédito.

O processo de formalização é gratuito e termina com a emissão do cartão de bancada ou de vendedor ambulante. Até Dezembro, espera-se que o processo esteja concluído em todos os principais mercados de Luanda. No entanto, a campanha poderá ser estendida a todas as províncias a partir de Janeiro de 2022. Os primeiros mil candidatos a formalizarem os negócios terão direito a um telemóvel com o sistema de pagamentos móveis que permite receber, enviar e reservar dinheiro.



# Taça Cheia

**96.1 fm**

Rádio Essencial

Todos  
os sábados,  
às 19:00,  
com  
**Sebastião  
Vemba**

# Opiniões

## E agora pergunto eu...



**Geraldina Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

**N**uma semana em que África se aproxima dos oito milhões de recuperados do covid-19 apesar de um aumento de 3% nos contágios, e enquanto a Europa mergulha em quartas e quintas vagas que colocam o velho continente no epicentro da pandemia com um aumento de infecções de 8%, notícias a marcar a actualidade entre nós foram os anúncios animados das Finanças. O Governo pagou e vai continuar a pagar salários em atraso; o Governo promete um aumento salarial na função pública; o Governo vai implementar um conjunto de medidas de natureza fiscal flexíveis “que visam conceder alívio económico às empresas e às famílias”. A ministra acrescentou ainda que o programa de investimentos públicos vai absorver, no próximo ano, mais quase 350 mil milhões de kwanzas em grandes projectos do sector como hospitais, transportes, estradas, centralidades, energia e água...Tão bonito... tão benevolente, tão esforçado e preocupado com o cidadão e as famílias se tornou ultimamente o Governo. Porque será, querido leitor? Estas promessas, juntando à febre das inaugurações e cortes de fita que já começam a infectar os nossos governantes (na semana que passou correram fotos de uma inauguração de uma estrada de terra batida e esta semana correm outras de uma ponte já com aspecto de ferrugem), cheira a eleições, não cheira?

Mas, e agora pergunto eu, será que estas medidas eleitoralistas não “aumentam a raiva” do eleitor? A sensação de que o Governo está a fazer o que devia ter feito há muito tempo e está a usar obras e salários em atraso que são devidos, e cujo atraso certamente já poderá ter provocado danos, para se pro-

mover? Então, até aqui “era crise” e agora, que faltam meses para as eleições, são “aumentos salariais”?

Na semana que passou, saiu também a lista do FT dos melhores livros de 2021. E, entre os livros de geopolítica que costumeiramente populam a lista, os que há anos vêm prevendo como a geopolítica e, conseqüentemente, a economia mundial se vai comportar, muito focados na dinâmica China/EUA, sobretudo, sem deixar de fora a Rússia e este ano o Brasil, há uma entrada em particular que toca aos africanos e da qual já falei aqui neste espaço quando o andava a ler. O livro da jornalista de investigação Michaela Wrang ‘Do not disturb’ (que, em português, significa “não incomodar”) sobre o assassinato de um ex-chefe da inteligência do Ruanda num hotel na África do Sul e sobre o que ela descreve como “o descarrilar de um regime africano”. Diz o FT que o livro é uma pesquisa aturada sobre um dos líderes mais aplaudidos de África: Paul Kagame, que é acusado de orquestrar assassinatos dentro e fora do país, sendo questiona também o seu papel no genocídio que marcou aquele país. O Financial Times descreve o livro como “notável, arrepiante e devido há muito tempo”. Confirmo o arrepio. E uma das alegações mais interessantes é o que descreve como sendo manipulação dos registos económicos (e que lembra as queixas quanto à manipulação de estatísticas em Angola) que são componente essencial para que o regime siga não sancionado, apesar das evidências graves de crimes cometidos dentro e fora do país e, sobretudo, de uma brutal repressão de qualquer crítica da opinião pública.

No mês passado, uma ‘utuber’ foi condenada a 15 anos de prisão por fazer um vídeo online em que parecia tentar exorcizar o chefe de Estado. Antes disso, foi condenado a 25 anos de prisão o herói do filme Hotel Ruanda, Paul Rusesabagina (o gerente do hotel que deu refúgio a mais de três mil Tutsis para os salvar do genocídio em 1994), uma das vozes críticas de Kagame. Há uma entrevista em que, a pro-



*Os perfis de liderança que não convivem bem com a crítica, que estimam o unísono da bajulação oca, tendem a atropelos de liberdades essenciais.*

pósito do esquema que usou para desviar Paul Rusesabagina para o Ruanda para ser preso, Kagame pergunta aos jornalistas “qual é o problema de se enganar um terrorista?”. Deixa claro que mover mundos e fundos, justiça e meios financeiros para prender um crítico não é problemático na mente do presidente. Diz muito sobre o seu carácter. A ministra belga Sophie Wilmes, que se pronunciou sobre o caso porque Rusesabagina era refugiado na Bélgica, afirmou que “a presunção de

inocência não foi respeitada e que o julgamento não foi justo ou equitativo, pondo em causa o julgamento e a sentença”. É sem surpresa que os líderes mundiais se vão furtando a aparecer na foto com Kagame que costumava ser o exemplo de liderança em África.

Na semana que passou, outro ‘utuber’ foi condenado no Ruanda a sete anos de prisão sob a acusação de “humilhação de funcionários do Estado” – uma figura que lembra o “ultraje à figura do Estado” que temos no nosso ordenamento jurídico e que se presta a estes atropelos (para além do famoso artigo 333 que, de forma velada, ameaça a liberdade de expressão).

Mas, e agora pergunto eu, porque é que vão para a vida política – uma vida intrinsecamente pública, exposta ao escrutínio do público, exposta a diferentes perspectivas – estes perfis que não admitem crítica, não convivem bem com a liberdade de opinião alheia, não conseguem respeitar esse direito fundamental e não o compreendem? Perfis que

não aguentam estiga? Perfis que mostram a cada oportunidade, como mimosos que são, que não gostaram disto ou daquilo? Perfis que não se coíbem de rotular como maus os que criticam e como bons os que aplaudem? Estes perfis que, com poder em mãos, atropelam a separação de poderes, infringem direitos, restringem liberdades fundamentais dos que consideram alvos a abater?

Há uma frase famosa que se dizia ser do filósofo francês Voltaire, mas que parece ser, na verdade, da escritora inglesa Eveline Hall, que devia ser gravada na cabeça dos políticos que nos governam e que diz o seguinte: “discordo do que você diz, mas defenderei até à morte o seu direito de dizê-lo”.

Liberdade de expressão é um princípio basilar, e mais no caso dos políticos que nos governam. A crítica faz também parte do processo de desenvolvimento tanto individual como colectivo, devendo, por isso, no que toca à gestão da coisa pública, ser mesmo incentivada.

O Ruanda anda longe desses conceitos e, com isso, parece ter arrefecido particularmente a abertura dos EUA para com o seu presidente outrora no top dos mais queridos. Angola, com os seus atropelos à liberdade de expressão, repressão de manifestações, fecho ou nacionalização de meios de comunicação social, criminalizações de jornalismo, segue também o caminho contrário do das democracias em desenvolvimento e vai recebendo cada vez mais avisos das instituições internacionais que zelam pelos direitos universais.

Recentemente, registou-se o fim de um dos programas de rádio com maior audiência do país precisamente pela ausência dessa aura perniciososa de censura. Uma aura instalada e que tirou do ar tanto jornalistas catadráticos e instrumentais como Carlos Rosado de Carvalho, como jovens promessas como Israel Campos – cujo valor foi agora reconhecido com um lugar na BBC World News – entre muitos outros que vão vendo o espaço mediático reduzir-se a manchetes como “viagem de João Lourenço a Roma pode servir de bênção para o povo angolano”...

Os perfis de liderança que não convivem bem com a crítica, que estimam o unísono da bajulação oca, tendem a atropelos de liberdades essenciais. Bênção, bênção seria que não os tivéssemos a governar países.

*O contexto laboral angolano é fortemente marcado pelo trabalho informal, que, por sua vez, contribui directamente para o aumento exponencial da precariedade laboral em Angola.*



**Edivaldo João,**  
Senior  
Consultant EY,  
People Advisory  
Services

**A**s crises socioeconómicas que têm sido registadas nos últimos tempos têm agravado de forma considerável as condições de trabalho e, consequentemente, o aumento da contratação a termo e da precariedade nas relações laborais. O contrato de trabalho a termo é um instrumento sedutor, para quem o estuda, porque é dinâmico e versátil, tendo demonstrado, ao longo das últimas décadas, uma enorme capacidade de resposta às necessidades da economia e do mercado.

Nos últimos anos, temos assistido a um conjunto de iniciativas que visam a redução da precariedade laboral que o país regista.

Em 2019, o executivo lançou o PAPE (Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade) e, em 2020, por intermédio do Ministério da Economia e Planeamento, apresentou o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

O contexto laboral angolano é fortemente marcado pelo trabalho informal, que, por sua vez, contribui directamente para o aumento exponencial da precariedade laboral em Angola. Adicionalmente, nos últimos tempos, tem-se registado um aumento significativo no número de empresas prestadoras de serviços de cedência de Trabalhadores Temporários a terceiros. O que deixa um sério prenúncio do agravamento da precariedade laboral no mercado angolano.

A maioria dos estudos indica que as primeiras actividades, preconizadoras das actuais empresas de Trabalho Temporário, surgiram em Inglaterra e nos Estados Unidos, no princípio do século XX, tendo, mais tarde, durante os anos 50, alcançado o resto dos países industrializados.

O Contrato de Trabalho Temporário é uma modalidade especial de contrato laboral, na qual existe uma relação de trabalho triangular, em que uma entidade empregadora (empresa de trabalho temporário – ETT), contrata, remunera e exerce poder disciplinar sobre um trabalhador (traba-



# Trabalho Temporário – Um prenúncio do agravamento da precariedade laboral em Angola

lhador temporário), colocando-o a prestar a sua actividade numa outra entidade (empresa utilizadora), que recebe e exerce de forma delegada, os poderes de autoridade e direcção sobre o Trabalhador.

Relativamente ao enquadramento jurídico do Trabalho Temporário em Angola, destaca-se o decreto presidencial 272/11 de 26 de Outubro, que, posteriormente, foi revogado pelo decreto presidencial 31/17 de 22 de Fevereiro, que aborda as questões de cedência de Trabalhadores Temporários, por parte das ETT, bem como as formalidades para a autorização do exercício desta actividade em Angola. A LGT em vigor, no seu artigo 31.º complementa o enquadramento jurídico do T.T no território nacional.

Por norma, o regime de Trabalho Temporário acarreta vários

pontos negativos como a instabilidade do vínculo contratual, a insegurança causada na situação profissional, patrimonial, social, familiar, afectiva e emocional, a estigmatização sofrida pelos grupos mais débeis do ponto de vista laboral, tais como jovens, mulheres, pessoas mais velhas, pessoas com capacidade diminuída, estrangeiros, trabalhadores não qualificados, a menor propensão reivindicativa e organizativa, a falta ou défice de formação profissional e a elevada sinistralidade. No entanto, também existem pontos negativos para o lado do empregador. À contratação a termo associam-se, em regra a menor produtividade, problemas de gestão de equipas, de cultura organizacional, de engajamento, de dumping social causado entre empresa etc.

Normalmente o T.T tem sido associado a vários aspectos negativos para os colaboradores, nomeadamente, salários baixos e poucos benefícios ou mesmo inexistentes. Sendo assim, qual a razão que leva os trabalhadores a aceitarem estas modalidades de contrato? Esta questão pode ser respondida com base em duas perspectivas, uma voluntária e outra involuntária. Do ponto de vista voluntário, o trabalhador aceita o contrato temporário por razões de flexibilidade, liberdade e pela diversidade de tarefas inerentes aos T.T, enquanto do ponto de vista involuntário o trabalhador aceita o contrato temporário por obrigação (necessidade) ou por ser uma das formas de conseguir um contrato permanente. De um modo geral, pode defender-se que o contrato de trabalho a termo permite o acesso ao mercado de traba-

lho no início da carreira e permite adquirir experiência profissional. Para alguns trabalhadores é vantajoso, ainda, na medida em que permite diversificar experiências e conhecimentos de um modo flexível, obtendo ainda rendimentos suplementares, ou até favorecendo um melhor uso do tempo de trabalho, de modo a gozar mais tempo livre.

A competitividade no mercado de profissional tem sido factor de criação de novas formas de trabalho para o aumento de produtividade. Isso, tem sido incentivo do uso de formas de emprego atípicas como, o trabalho parcial, contratos temporários, horários de trabalho não normalizados, teletrabalho etc., o que repercutiu no local de trabalho, em termos de relacionamento empregador-empregado.

O tema leva à reflexão sobre a precariedade e a escolha da mesma, em termos de contratação. Porque contratar por termo e não ser efectivo? Porque receber poucas condições de trabalho ou nenhuma e aceitar as mesmas?

Ao mesmo tempo, o recurso ao trabalho temporário tem sido uma forma de transformar custos fixos em variáveis. Sem dúvida, este tem sido o alargamento das possibilidades de recurso ao trabalho temporário, libertando as empresas de custos fixos não justificados e de tempos improdutos. Por um lado, ele agrava a precariedade do emprego e por outro possibilita o aumento da competitividade das empresas, visando a satisfação de necessidades pontuais de mão-de-obra, ou necessidades imprevistas de curta duração.

Economistas e formuladores de políticas também estão cada vez mais interessados em investigar o impacto do emprego precário sobre o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Os trabalhadores temporários, como não são enraizados numa comunidade estável, não têm uma organização, tornando-os expostos a riscos de conflitos laborais.

Contudo, vale realçar que a questão da precariedade não é uma questão exclusiva dos contratos a prazo. A precariedade laboral em Angola também é uma realidade na vida de trabalhadores com contratos efectivos. Neste sentido, torna-se cada vez mais necessária a fiscalização e o acompanhamento contínuo das condições de trabalho em Angola, por parte da Inspeção Geral do Trabalho – IGT.

# Economia 100 Makas

## Quando o Estado engorda em vez de emagrecer

*O que também não me surpreende mas me preocupa é que, enquanto o processo de privatizações marcava passo, o Estado aumentava o seu peso na economia sobretudo nas telecomunicações (com o controlo da Unitel e da Movicel), na banca (BFA) e na comunicação social (TV Zimbo e Palanca TV).*



Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

**R**eduzir a dimensão da influência do Sector Empresarial Público (SEP) na economia é um dos objectivos específicos do programa de privatizações (PROPRIV) lançado em Agosto de 2019. A meta inicial era privatizar 195 empresas e activos até 2022.

O último balanço apresentado por Patrício Vilar, presidente do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), a 9 de Novembro último, durante um evento sobre os novos rumos do SEP organizado pela Media Rumo, aponta para a privatização de apenas 41 empresas e activos até ao momento.

Ou seja, decorridos dois dos três anos previstos para o PROPRIV nem um terço das empresas e activos foram alienados.

Mas isto não me surpreende nem me preocupa.

Tão logo o programa foi apresentado foram várias as vozes que alertaram para o seu excesso de ambição. Se já se sabia que era difícil cumprir o PROPRIV logo que foi apresentado, a pandemia da Covid 19 tornou a tarefa impossível.

Por isso, repito, o atraso do programa não me surpreende nem me preocupa.

Tão pouco me surpreende ou preocupa o facto de a lista das privatizações até ao momento não incluir empresas nacionais de referência



como a SGA, acrónimo de Sociedade Gestora de Aeroportos, cuja privatização estava para arrancar em 2019, ou a MS Telecom, a Net One, a Unitel, a TV Cabo e a Multitel todas com pontapé de saída do sector público marcado para 2020.

Nomes sonantes como a Sonangol, TAAG e Endiama viram adiadas as privatizações que tinham início marcado para 2022. A desculpa é a pandemia e os processos de reestruturação em curso nas empresas.

Se a pandemia é uma surpresa, quando o PROPRIV foi apresentado já se sabia que as três estrelas do portefólio estatal precisavam de ser alindadas, leia-se reestruturadas, antes de serem vendidas. O que me preocuparia era se estas empresas fossem ao mercado antes de isso acontecer.

Com excepção de três fábricas têxteis, as 41 empresas privatizadas até ao momento são unidades de pequena e média dimensão des-

conhecidas do grande público, a maioria das quais sediada na Zona Económica Especial e que nunca iniciaram actividade ou só o fizeram para serem exibidas nas câmaras da televisão pública.

Nada de surpreendente ou preocupante, portanto.

O que também não me surpreende mas me preocupa é que, enquanto o processo de privatizações marcava passo, o Estado aumentava o seu peso na economia sobretudo nas telecomunicações, na banca e na comunicação social.

Começando pelas telecomunicações, o Estado detém praticamente o monopólio do sector. Três das quatro licenças de título global unificado são directa ou indirectamente controladas pelo Tesouro Nacional. Refiro-me à Unitel, Movicel e Angola Telecom. A Africell detentora da quarta licença ainda não está a operar.

Começando pela Unitel, a Sonangol que detinha 25% da operadora desde o seu arranque reforçou a sua posição para 50% com a aquisição da participação de 25% dos brasileiros da OI. De acordo com o pacto entre os accionistas, a Sonangol passou a nomear a maioria dos membros do conselho de administração. Ou seja, passou a mandar de facto na Unitel. Como a Unitel controla 51,9% do Banco de Fomento Angola (BFA), o segundo maior banco do País também passou para a órbita pública.

O aumento da participação do estado na economia em geral e no sector das telecomunicações em particular não parou por aí. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adquiriu uma participação de 25% na Movicel. Para além dos 25% do INSS, três outros entes públicos têm participações na Movicel:

Angola Telecom (18%), Infrat (12%) e Correios de Angola (2%) - pelo que o Estado controla 57% da Movicel.

Ou seja, o Estado que já controlava a Angola Telecom juntou ao seu portefólio a Unitel e a Movicel, tornando-se monopolista do sector.

Sucedem que as três empresas de telecomunicações têm grandes necessidades de capital para investir nas respectivas redes. Dado que o Estado não dispõe dos fundos necessários para colocar na Angola Telecom, Unitel e Movicel, é provável que adie por vários anos a introdução de redes 5G de nova geração, prejudicando a digitalização da economia angolana e consequentemente a sua competitividade.

Por último mas não mesmo importante a comunicação social. Com a entrega ao Estado da Media Nova, por alegadamente ter sido constituída com dinheiros públicos, passaram para a TV Zimbo, a Rádio Mais e o jornal o País. O mesmo sucedeu com a Palanca TV e a Rádio Global. Não satisfeito por controlar os principais canais de TV, o governo decidiu fechar a ZAP Viva, a Vida TV e a TV Record, tornando-se praticamente no único operador de TV em Angola.

Sabendo-se que a comunicação social é deficitária, está-se mesmo a ver que serão os mesmos de sempre, isto é os contribuintes, que irão pagar a factura da ambição desmedida do Governo pelo controlo da comunicação social.

Resumindo para concluir, não deixa de ser irónico que, dois anos depois de ter lançado um programa para emagrecer, o Estado esteja agora bem mais gordo.



# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



O tema mais comentado da semana, que alcançou perto de 60 mil internautas e mais de 11 mil interações na página do Facebook do Valor Económico, foi o editorial intitulado “A história inédita do investidor estuprado” que conta a saga de um investidor estrangeiro que apesar de ser dono de milhões de dólares em património e estar interessado em investir no país, foi detido pela polícia, levado para uma cela comum onde foi violado por presos.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**Jorge Luyeye**

Com a integridade pessoal não se negocia. Fez Bem, porque os grandes investidores escolhem países seguros para aplicar seu capital.



**Tomás Júlio Tomás**

Angola anda mal, francamente; vai de mal a pior!



**Henrique Queiroz**

A Angola que os nossos ditos dirigentes fingem não conhecer, VERGONHOSO!



**Zulmira Abreu**

Triste e vergonhoso



**Sebastião Neto Sebas**

Todos os países são assim, estrangeiro quando não tem documentos vai à esquadra, pior ainda na Europa e mesmo na América, Ásia, muitos deles são repatriados na hora, eu sou Exemplo disso em Portugal, principalmente os Africanos.



**Venício Florêncio Pereira Duarte**

**Sebastião Neto Sebas** são repatriados, quando estão ilegais, não é o caso deste investidor.



**Lenvo Joao Raul Bubuzi**

ISTO E UMA MANIPULACAO montagem PARA DIFAMAR A POLÍCIA NACIONAL... EU JA ESTIVE DURANTE 9MESES NAS PRISÕES DE ANGOLA...A NOSSA POLÍCIA TRABALHA 24H POR DIA... HÁ SOLTURAS NO FIM DE SEMANA...FALO POR EXPERIÊNCIA...



**Waldemar De Fontes Pereira d'Orey**

**Lenvo Joao Raul Bubuzi** ou a detenção do homem foi intencional, previamente planeada para o demover de investir em Angola. Mas que a história parece mal contada, parece. No entanto a polícia nacional comete muitos actos de extorsão aos estrangeiros.



**Avelin Martins**

**Lenvo Joao Raul Bubuzi** Saber interpretar é uma dádiva. O senhor ficou preso na sexta-feira e em Luanda quando é assim só soltam na segunda-feira. Logo, entenda, o empresário em epígrafe foi violado na cadeia em domicílio e custódia da polícia. Os amigos ou estavam fora da esquadra ou longe da cela porque estavam a tentar tirar o amigo da cadeia por meios legais.



**Domingos Van**

Nos outros países mesmo aqui de África isto não acontece!!! Estamos mal, muito mal



**Jorice Napoleão Joshov**

Acontece irmão, eu mesmo já vivi isso na vizinha Namíbia fiquei detido lá.



**Aparicio Da Conceição Mij**

A polícia quando interpela um cidadão estrangeiros o objetivo deles é obter uma forma de extorquir dinheiro dos cidadãos, ficam contente quando abordam um cidadão ilegal.



**Hilário Gaudêncio Condêncio**

Os nossos agentes da polícia, na sua maioria, são matumbos, malfeteiros e despromovidos do bom senso.



**熊雨宁**

Com 14 anos de viver cá, já não estou estranhando esses insultos por PNA aos conterrâneos chineses. Eles podem impedir os nossos carros no meio das estradas e não têm medo de mau funcionamento do travão por detenção de repente, só acusam de não parar imediatamente quando eles mandam.



**Massoxi João**

**熊雨宁** por mim todos investidores estrangeiros deviam se retirar do país por umas décadas e vermos aonde podíamos caminhar.



**Amândio Ferreira**

A pergunta é só uma: Angola precisa mesmo de investidores??? Depois de largos anos aqui percebo que os que existiam, na sua larga maioria estão a ir embora, portanto...

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

# Covid-19

## VACINAS EM LUANDA

### Funcionário detido por falsificação de cartões

Um funcionário de um centro de vacinação em Luanda foi detido por suspeitas de falsificar cartões de vacinas contra a covid-19, tendo sido encontrados na sua posse 17 cartões já preenchidos.

Segundo a Polícia, o homem, fisioterapeuta e funcionário do Ministério da Saúde há 12 anos, dedicava-se há cerca de dois meses a esta prática, tendo sido encontrado com 17 cartões já preenchidos da covid-19 com os respectivos códigos de barra e cinco cartões ainda não preenchidos, bem como uma quantia de 143.200 kwanzas.

Nestor Goubel, porta-voz do comando provincial de Luanda, adiantou que o suspeito, de 48 anos, que prestava serviços de "mobilizador" no centro Paz Flor, confessou o crime depois de ter sido denunciado pela coordenadora do centro de vacinação. "Nesta altura decorrem diligências para se apurarem mais informações e encontrar mais elementos envolvidos nesta prática", disse o responsável, acrescentando que o suspeito vai ser presente ao Ministério Público para aplicação da medida de coação.



## CONTRA RESTRIÇÕES

### Milhares marcham em Bruxelas

Milhares de pessoas manifestaram-se no centro da cidade de Bruxelas, contra as restrições impostas pelo governo belga para controlar a nova vaga de covid-19.

A marcha de protesto alinhinou-se atrás de uma enorme faixa que dizia "Juntos pela Liberdade", percorrendo algumas ruas da cidade, com alguns manifestantes a protestarem também contra a vacinação, mas sem registos de violência.

A Bélgica estendeu o uso obrigatório de máscaras a partir dos 10 anos e decidiu que o teletrabalho é obrigatório, na tentativa de controlar uma nova vaga de casos de covid-19 no país.

A restrição decidida por muitos governos para travar a nova vaga de covid-19 na Europa tem levado, nos últimos dias, milhares de pessoas a protestarem nas ruas da Bélgica, da Áustria, Irlanda do Norte, Países Baixos, Itália, Suíça e Croácia.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) já manifestou grande preocupação com o aumento de casos de covid-19 na Europa e advertiu que cerca de 500 mil pessoas podem morrer até Março de 2022 se não forem tomadas medidas urgentes.

## EM DISPOSITIVOS MÉDICOS

# Reino Unido investiga "preconceito racial"



Sajid Javid, secretário da Saúde britânico

O governo britânico está a investigar se o "preconceito racial" introduzido em alguns dispositivos médicos fez com que negros e asiáticos adoecessem e morressem de forma desproporcional por causa da covid-19.

O secretário da Saúde britânico, Sajid Javid, declarou no domingo que a pandemia realçou as disparidades no acesso aos cuidados de saúde entre raça e género.

Sajid Javid afirmou que um terço dos internamentos em cuidados intensivos na Grã-Bretanha no auge da pandemia era de origens negras e de minorias étnicas, mais do que o dobro da sua parcela na população.

O departamento de estatísticas da Grã-Bretanha descobriu que no primeiro ano da pandemia, até Março de 2021, negros e sul-asiáticos no Reino Unido tiveram taxas de mortalidade mais altas do que seus compatriotas brancos, mesmo depois de factores como ocupação e con-

dições de saúde subjacentes terem sido levados em consideração.

Sajid Javid disse que uma das questões é a investigação que mostra que os oxímetros de pulso, que medem os níveis de oxigénio no sangue através da pele, funcionam menos bem em peles mais escuras, considerando tratar-se de um problema mundial "sistémico".

"Não digo que isso foi deliberado, acho que é apenas um problema sistémico, potencialmente, com dispositivos médicos e pode ir ainda mais longe do que com livros de medicina, por exemplo", disse Javid à Sky News.

Ao Sunday Times, referiu que "a possibilidade de que um preconceito – mesmo inadvertido – possa levar a um pior resultado de saúde é totalmente inaceitável" e disse esperar trabalhar com seu homólogo nos EUA, Xavier Becerra, e responsáveis de outros países, para eliminar o preconceito no sistema de saúde.

A ARGENTINA anunciou para breve o envio para Angola de 350 mil doses da vacina AstraZeneca, produzidas no país sul-americano, depois de ter enviado, no princípio desta semana, 450 mil doses a Moçambique.



NA MAIOR CIDADE DO PAÍS

## Nova Zelândia anuncia fim de confinamento

A Nova Zelândia vai acabar com o confinamento de três meses e meio na maior cidade do país, Auckland e da política de 'casos-zero' para combater o novo coronavírus.

O fim está previsto para o início de Dezembro e o país vai adoptar uma nova resposta à covid-19, destinada a conter a variante delta em vez de a tentar eliminar completamente. "A dura verdade é que está aqui e não vai desaparecer", disse a primeira-ministra, Jacinda Ardern.

O governo deste país tinha como objectivo a completa eliminação do vírus, uma política com medidas rigorosas de contenção, rastreio dos contactos e

controlos fronteiriços.

A doença matou apenas 40 pessoas numa população de cinco milhões, mas a pressão tem vindo a aumentar para acabar com o confinamento imposto a Auckland desde que a variante Delta foi aí detectada em Agosto.

A primeira-ministra tinha inicialmente planeado alterar a política uma vez alcançada uma taxa de vacinação de 90% no país, mas acabou por antecipar a reabertura quando o nível de vacinação é actualmente de cerca de 83%. Auckland está actualmente isolada do resto da Nova Zelândia, com bloqueios de estradas que deverão ser levantados a 15 de Dezembro.

TAXA ENTRE IDOSOS PREOCUPA

## Macau com 70% de vacinados

As autoridades de Macau anunciaram que a taxa de vacinação no território atingiu os 70%, uma percentagem que inclui pessoas inoculadas com a primeira e segunda dose, mas que "continua baixa" entre os idosos.

Macau tem cerca de 682 mil habitantes. Destes, 477.861 foram vacinados e 405.744 inoculados com as duas doses.

O Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus indicou que a taxa de vacinação mais baixa se verifica a partir dos 60 anos: 57,8% entre os 60 e os 69 anos, 37,1% entre os 70 e os 79 anos e 12,2% para o grupo de pessoas com idade igual ou superior a 80 anos.

As maiores taxas de vacinação concentram-se entre os 20 e 29 anos (91,4%), entre os

30 e os 39 anos (94%) e entre 40 e 49 anos (97,8%).

Em comunicado, as autoridades aproveitaram para reiterar o apelo à população mais idosa para se vacinar, lembrando que "os estudos evidenciam que o risco de ocorrência de doença grave e até mortal", nesse grupo etário, "após a infecção por covid-19 é 100 vezes maior do que o normal". E que "os idosos que não foram vacinados apresentam um risco de infecção grave e de morte nove vezes maior do que os idosos que foram vacinados".

Macau registou apenas 77 casos desde o início da pandemia e, à excepção da China, o território continua a manter fortes restrições fronteiriças e exige quarentenas à entrada que podem durar 35 dias.



COM PROTESTOS

## Áustria entra em confinamento total

A Áustria entrou em confinamento à meia-noite de segunda-feira, uma medida severa que despoletou protestos no país durante o fim-de-semana.

Lojas, restaurantes, mercados natalícios, salas de concerto e salões de beleza baixaram as portas. Os quase nove milhões de austríacos estão proibidos de sair de casa, excepto para fazer compras, praticar desporto ou receber atendimento médico.

O anúncio das medidas foi feito na sexta-feira, devido a um recrudescer dos casos de covid-19, repercutiu em outras partes da Europa, com grandes protestos nos Países Baixos e na Bélgica.

DA UNIÃO EUROPEIA

## África recebe 100 milhões de vacinas até ao final do ano

A União Europeia (UE) anunciou uma doação de quase 100 milhões de doses da vacina Johnson & Johnson para a covid-19 a vários países africanos até ao final do ano.

Segundo um comunicado de imprensa, os primeiros lotes de vacinas doados

pela Team Europe (UE, Islândia e Noruega) estão a ser entregues no Níger (496.800 doses), Djibuti (50.400), Nigéria (2.764.800), Togo (633.600), República Democrática do Congo (230.400), Guiné Conacri (496.800) e Mauritânia (144 mil), prosseguindo as entregas a outros

países nas próximas semanas.

Este lote de 99,6 milhões de doses da vacina Johnson & Johnson é doado através do mecanismo Covax e faz parte do compromisso da UE partilhar pelo menos 500 milhões de doses nos próximos meses com os países mais vulneráveis.



# Marcas & Estilos



## Dá cá um jeito...

Uma peça mini de brocado metálico foi inspirada na técnica japonesa Furoshiki de embrulhar com tecido, totalmente forrado com cetim preto fosco. Perfeito para brunch ou cocktails. Grande o suficiente para caber confortavelmente o telefone, carteira, chaves, maquiagem e desinfetante para as mãos.



## Na temperatura perfeita

Mantém a bebida quente e saborosa a 130°. A Ui é um revolucionário sistema de canecas com auto-aquecimento que mantém o café e chá na temperatura perfeita para beber.



## AUTOMÓVEL

### Íntegro e autónomo

A Ford Fusion apresenta três versões: SEL, Titanium AWD e Titanium Hybrid. As duas primeiras têm o motor 2.0 EcoBoost de 248 cavalos e mudança de seis marchas, com tracção integral na Titanium AWD. Já a opção Hybrid combina um 2.0 de ciclo Atkinson de 143 cavalos a um motor eléctrico de 120 cavalos.

Na opção topo de linha, conta com itens como 8 airbags (incluindo os cintos laterais traseiros insufláveis), controlo de cruzeiro adaptativo, sistema de estacionamento automático e freio autónomo com detecção de peões.

## AGENDA

### LUANDA

#### DE 25 A 27 DE NOVEMBRO

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás realiza a primeira Conferência Internacional de Diamantes, nas instalações do Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, na Lunda-Sul.

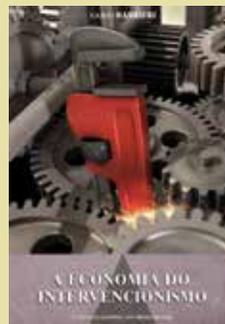
#### DE 27 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO

Edição 2021 da Bienal de Luanda, em parceria com a UNESCO, União Africana e o Governo de Angola, em formato híbrido, com interpretações em inglês, francês, português e espanhol.

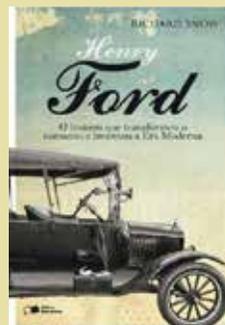
#### DE 1 A 4 DE DEZEMBRO

Primeira edição da Feira Nacional de Publicidade e Marketing, na Baía de Luanda, das 10h00 às 18h00, com operadores do sector, comerciantes, gestores de negócios, académicos, entre outros.

## LIVROS



**AS ECONOMIAS** deveriam ser examinadas à luz de uma teoria sobre sistemas económicos intervencionistas e não sob a dicotomia tradicional capitalismo/socialismo.



**FORD:** o homem que transformou o consumo e inventou a Era Moderna. Muito se sabe sobre a montadora Ford e primórdios, mas ainda pouco se sabia como tudo começou.



## TURISMO

### Vale a pena experimentar

Ao contrário do que se pensa, a cidade japonesa de Kyoto é grande, moderna e com muitos atractivos, como são os casos dos templos, santuários e o Imperial Palace.

Kyoto tem restaurantes para todos os bolsos. Os aromas e sabores do Japão proporcionam uma viagem gastronómica completa. Os legumes, frutas, peixes e frutos do mar frescos estão muito presentes na gastronomia local e, no geral, a comida japonesa é bastante saudável.

Os restaurantes exploram bastante as riquezas do mar e em muitos pratos utiliza-se polvo, lula, salmão e atum, um dos mais requisitados. O Japão é um dos países que mais consomem arroz no mundo, por isso acompanha muitos pratos, como o nigiri, um bolinho que sempre se encontra nas ruas para matar a fome, além do sashimi e do sushi.

*A marca Twisco já existia em outros mercados onde o grupo e stá presente, nomeadamente na Argélia, e em 2020 a Promasidor Angola começou a estudar a oportunidade de introduzir no mercado.*

NOTA DE IMPRENSA

# Twisco quer conquistar cada vez mais consumidores

**PUBLICIDADE.** Em 2021 novas marcas e novos produtos passaram a integrar a família de produtos da **Promasidor Angola**, no ano em que a empresa celebra 25 anos de existência no mercado nacional. Uma das novidades que a empresa lançou para o mercado foi o **Twisco**, um chocolate em pó solúvel que se adiciona ao leite, produzido localmente.



tar o cacau. Até ao momento não foi possível encontrar no mercado nacional um transformador de cacau que cumpra com as especificidades requeridas para a produção do Twisco. No entanto um dos grandes objectivos da Promasidor é conseguir que também o cacau seja fornecido localmente.

Sobre o Twisco:

A marca Twisco já existia em outros mercados onde o grupo está presente, nomeadamente na Argélia, e em 2020 a Promasidor Angola começou a estudar a oportunidade de introduzir no mercado angolano um achocolatado produzido localmente. Para isso, deram início a uma pesquisa de mercado para avaliar o potencial do produto junto dos consumidores, determinar o preço, identificar fornecedores locais para as embalagens e outras

A primeira fórmula do Twisco produzido em Angola começou a ser testada em Setembro de 2020. Em conjunto com a Marktest, a Promasidor efectou uma panóplia de testes cegos junto dos consumidores, onde pôs à prova o seu produto em relação a outros achocolatados presentes no mercado. E os resultados foram bastante positivos. Ainda assim, foram identificadas áreas de melhoria e a fórmula foi aprimorada tornando-se única, quando comparada com as fórmulas usadas pela Twisco noutros mercados. “Uma fórmula feita para o paladar angolano”.

**C**om um posicionamento premium em termos de qualidade do produto, a marca quer chegar a todos os consumidores, independentemente da sua condição financeira.

A fórmula do Twisco foi fortificada com um pack de vitaminas, sobretudo vitaminas B, para conferir ao produto uma vantagem nutritiva.

Estudos revelam que o consumo acentuado de açúcar ainda não ocupa o topo das preocupações da maioria dos consumidores angolanos, e há ainda o facto de muitas crianças não aceitarem tomar o leite simples. Por isso, um dos objectivos da Promasidor foi de criar um produto que adicionasse nutrição ao leite, apesar da presença do açúcar.

Outro grande objectivo da empresa é ganhar quota de mercado, porque acredita ter um produto melhor e com um preço mais

justo, ao mesmo tempo que pretende fazer crescer a categoria, principalmente com a introdução de novos formatos.

Para a Promasidor é crucial oferecer novos formatos de embalagens, não habituais nos produtos desta categoria, para conquistar o mercado. Até à chegada do Twisco, os achocolatados existentes no mercado estavam disponíveis em frascos de plástico (PET). O primeiro formato lançado pela marca foi um pacote de 400 gramas, tam-

bém chamado de recarga. Posteriormente a marca introduziu os frascos de plástico, e lançou também o pacotinho de dose individual.

O pacote de 400 gramas e a saqueta de dose individual ajudam a recrutar novos consumidores para a categoria, enquanto que os frascos de plástico competem com as outras marcas existentes no mercado.

Apenas do produto ser produzido localmente em mais de 80%, ainda é necessário impor-

# Educação & Tecnologia

## PROJECTO EDUCAR PARA CUIDAR

### Universitários juntam-se para ajudar crianças desfavorecidas

**SOLIDARIEDADE.** Iniciativa de estudantes visa colocar em prática e à disposição das comunidades conhecimentos de anos de formação, além do desejo de suprir necessidades dos mais carenciadas. Projecto lançado em Luanda perspectiva estender-se a todo o país.

Um grupo composto por estudantes pré-finalistas e finalistas de Gestão Bancária e Seguros, Gestão e Administração de Empresas e Gestão de Recursos Humanos do Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola (Isia) juntou-se para a recolha de donativos e apoiar crianças desfavorecidas com bens de primeira necessidade.

O Projecto Solidário Educar para Cuidar tem como objectivo ajudar as comunidades, crianças e famílias desfavorecidas, com assistência de bens de primeira necessidade. Pretendem, igualmente, aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de formação.

“Enquanto académicos, acreditamos que todo o conhecimento é nulo se não é benéfico a sociedade. Não queremos firmar-nos nos títulos, mas desenvolver um espírito humanista e solidário para melhor contribuir para o bem do país”, almejam os universitários.

O primeiro passo será dado a 3 de Dezembro com a arrecadação de donativos, como materiais didácticos, vestuários, materiais de higiene e bens alimentares para apoiar as mais de 200 crianças, e não só, do centro de acolhimento BJC, no Zango 1, em Luanda.

A pretensão dos estudantes do Isia é ir mais longe: apadrinhar as crianças, garantir-lhes o registo e a oportunidade de irem à escola com material didáctico.



Mayanda Inocente,  
director do Centro  
Neurocirúrgico

Mário Mujetes © VE

## HIDROCEFALIA EM LUANDA

# Centro sobrevive de doações

**SAÚDE.** Ajudas de organizações não-governamentais substituem apoios estatais. Mas quem trata de hidrocefalia faz apelos.

O Centro Neurocirúrgico e de Tratamento a Hidrocefalia, em Luanda, carece de todo o tipo de apoio para poder proceder a operações cirúrgicas. Actualmente, funciona com um quadro clínico 100% voluntário e sobrevive apenas de doações. A instituição não recebe qualquer apoio do Estado, o que tem contribuído para o fraco atendimento e, por conseguinte, para a longa lista de pacientes à espera de tratamento.

As ajudas vêm de organiza-

ções como a não-governamental ‘O Teu Sorriso é a Minha Alegria’, que conta com a parceria com o grupo VMD, Participações e Investimentos, que, além de apoio financeiro que permitiu recentemente a realização de cirurgias a 10 crianças, já doaram ao centro produtos farmacêuticos, de limpeza e de higiene e kits da cesta básica.

Segundo o director da unidade hospitalar, os apoios e doações permitiram igualmente que 87 crianças com hidrocefalia fossem operadas. Mayanda Inocente solicita aos órgãos de comunicação social e parceiros para apoiar

rem aquela unidade hospitalar especializada.

O pedido de apoio vem também do empresário e padrinho do centro, Valdomiro Minoru Dondo, que apela à classe empresarial a prestar mais atenção e a envidar esforços no âmbito da responsabilidade social das empresas.

A hidrocefalia é uma patologia caracterizada pelo acúmulo de líquido excedente no cérebro, resultando, normalmente, no aumento do encéfalo, o que acaba, por conseguinte, comprometendo o desenvolvimento das pessoas afectadas.



Mário Mujetes © VE

**Tardes da Juventude  
com Guelmo Cruz  
de segunda a sexta-feira  
das 14 às 17h  
Radio Essencial**



**96.1 fm**



## NÚMEROS DA SEMANA

7,2

**Mil milhões USD** receita de Angola com a exportação de 98,6 milhões de barris de petróleo bruto, no terceiro trimestre de 2021, representando um aumento de 0,58% face ao trimestre anterior.

26,87%

**Taxa** de inflação que Angola registou em Outubro, segundo dados do INE.

445,5

**Milhões USD** Investimento previsto pelo Governo para a construção de 21 centros logísticos, até 2038, para minimizar os desafios do transporte de mercadorias.

582

**Mil milhões kz** dívida dos contribuintes à AGT que a instituição reclama na justiça. A revelação é do secretário de Estado para as Finanças e Tesouro, Ottoniel dos Santos.

## SETE ANOS DEPOIS

# Administração Biden anuncia segunda cimeira África-EUA para 2022

Os Estados Unidos anunciaram, na semana passada, que vão acolher, no próximo ano, a segunda cúpula de cimeira EUA-África “como parte do compromisso da administração Biden em revitalizar as parcerias e alianças globais”.

“Esta cimeira continuará os esforços para fortalecer os laços com os parceiros africanos com base nos princípios de respeito mútuo e interesses e valores partilhados. Também servirá como uma oportunidade para ouvir e colaborar com os homólogos afri-

canos em áreas-chave que os EUA e África definem como críticas para o futuro do continente e da nossa comunidade global”, lê-se na página oficial da Casa Branca.

A primeira cimeira decorreu em Agosto de 2014 por iniciativa do então presidente norte-americano Barack Obama. Participaram 50 líderes africanos, 37 dos quais chefes de Estado, e Angola esteve representada pelo então vice-presidente Manuel Vicente. Diversas empresas privadas norte-americanas aprovaram um pacote financeiro de 14 mil milhões de dólares para investir em África com o objectivo de controlar a tendência crescente da influência chinesa.



## APÓS POLÉMICA COM DÍVIDA MILIONÁRIA

## Júlio Bessa cai no Cuando-Cubango

Presidente da República exonerou, nesta terça-feira, Júlio Bessa do cargo de governador provincial do Cuando-Cubango, sem avançar as motivações da decisão. Em substituição, foi nomeado José Martins.

A exoneração surge quase dois meses que o Valor Económico publicou retomando uma investigação publicada pelo Folha 8, sobre a validação, por Júlio Bessa, de uma alegada dívida de 439,552 mil milhões de kwanzas a favor da empresa Angoskimas pelo “fornecimento de bens diversos e géneros alimentícios” ao governo local, 1992, 1993 e 1997.

A informação desencadeou uma onda de especulação de que o então governador do Cuando-Cubango estaria na mira da Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão de justiça, em comunicado, descartou, entretanto, a abertura de qualquer investigação ao político, movida pela validação da dívida milionária. Todavia, o ‘escândalo’ teve

efeitos dentro do MPLA. Júlio Bessa foi impedido de concorrer ao cargo de primeiro secretário provincial do partido, na corrida ao VIII congresso, agendado para Dezembro. Além de Júlio Bessa, esta terça-feira, João Lourenço nomeou Guilherme Pereira para vice-governador de Cabinda para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas.